



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE CONTADORIA

PREFEITURA
DO MUNICÍPIO
DE SÃO PAULO

DEMONSTRATIVOS
CONSOLIDADOS E
NOTAS EXPLICATIVAS

2023



Publicação da Secretaria Municipal da Fazenda

São Paulo – março de 2024

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ricardo Nunes

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

Luis Felipe Vidal Arellano

SECRETÁRIO ADJUNTO

Fabiano Martins de Oliveira

CHEFE DE GABINETE

Evandro Luis Alpoim Freire

SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO MUNICIPAL – SUTEM

Henrique de Castilho Pinto

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTADORIA – DECON

Emerson Onofre Pereira

DIVISÃO DE CONTROLES CONTÁBEIS – DICOC

Renata Farias Freire de Souza

DIVISÃO DE CONTABILIDADE DE RECEITAS E DE IMPOSTO DE RENDA – DIGIR

Ana Paula Vieira da Silva

DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – DISEO

Iranice Aparecida Santos Ruivo

DIVISÃO DE CONTABILIDADE – DICON

José Carlos Palacios Munoz

DIVISÃO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS CONTÁBEIS – DIGER

Paulo Mauricio de Oliveira Duarte

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

EQUIPE TÉCNICA

Angela Cristina Schneider

Felipe Reis de Sousa

Karen Cheda Ferreira

Marcia Correia Jusius

Meire Toyama

Sumário

1. DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS	98
1.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	98
1.2 BALANÇO PATRIMONIAL.....	100
1.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	103
1.4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	105
1.5 BALANÇO FINANCEIRO	106
1.6 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	107
2. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	108
2.1 INTRODUÇÃO	108
2.2 CISÕES, FUSÕES, INCORPORAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES, LIQUIDAÇÕES DE EMPRESAS MUNICIPAIS	110
2.3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	110
2.4 BASE DE PREPARAÇÃO	112
2.5 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	119
2.6 BALANÇO PATRIMONIAL.....	125
2.7 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	152
2.8 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	157
2.9 BALANÇO FINANCEIRO	159
2.10 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	164
3. AÇÕES DE MELHORIA NOS PROCESSOS E SISTEMA	169
3.1 MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS - MSC	170
3.2 PROJETO CONTA CORRENTE CONTÁBIL E FONTE DE RECURSOS	170
3.3 DECRETO FEDERAL Nº 10540/2020 – REQUISITOS MÍNIMOS SIAFIC.....	170
4. DISPOSIÇÕES FINAIS	171

1. Demonstrativos Consolidados

1.1 Balanço Orçamentário

CONSOLIDADO GERAL
Balanço Orçamentário do Exercício 2023

em R\$

Receitas Orçamentárias	Notas	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c - b)
Receitas Correntes (I)	6	90.458.541.827,00	95.418.019.502,78	97.125.460.117,26	1.707.440.614,48
Receita Tributária		51.010.493.141,00	51.903.461.343,50	52.095.430.669,73	191.969.326,23
Receita de Contribuições		8.335.263.237,00	8.680.645.994,63	9.135.182.562,22	454.536.567,59
Receita Patrimonial		2.597.883.637,00	4.632.536.913,98	5.444.741.187,63	812.204.273,65
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receita de Serviços		560.748.135,00	833.450.680,90	810.867.933,95	(22.582.746,95)
Transferências Correntes		22.339.367.846,00	22.634.153.891,47	22.312.279.659,21	(321.874.232,26)
Outras Receitas Correntes		5.614.785.831,00	6.733.770.678,30	7.326.958.104,52	593.187.426,22
Receitas de Capital (II)	6	5.422.269.476,00	5.638.817.573,30	3.344.128.194,75	(2.294.689.378,55)
Operações de Crédito		2.398.153.513,00	2.398.153.513,00	368.156.173,68	(2.029.997.339,32)
Alienação de Bens		10.640.597,00	16.143.920,38	355.749.778,12	339.605.857,74
Amortizações de Empréstimos		22.396.276,00	22.460.866,00	24.801.621,08	2.340.755,08
Transferências de Capital		1.234.896.064,00	1.278.072.097,74	684.369.103,15	(593.702.994,59)
Outras Receitas de Capital		1.756.183.026,00	1.923.987.176,18	1.911.051.518,72	(12.935.657,46)
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	2	95.880.811.303,00	101.056.837.076,08	100.469.588.312,01	(587.248.764,07)
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)					
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)		95.880.811.303,00	101.056.837.076,08	100.469.588.312,01	(587.248.764,07)
Deficit (VI)	5 e 9		12.030.994.170,50	6.359.625.428,89	
Total (VII) = (V + VI)	1	95.880.811.303,00	113.087.831.246,58	106.829.213.740,90	(587.248.764,07)
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			12.030.994.166,50	12.030.994.166,50	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	8	-	-	-	-
Superavit Financeiro	3	-	12.030.994.166,50	12.030.994.166,50	-
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-	-

CONSOLIDADO GERAL
Balanco Orçamentário do Exercício 2023

em R\$

Despesas Orçamentárias	Notas	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	6	83.387.715.517,00	94.022.371.026,57	91.885.696.002,96	87.898.031.302,71	86.954.777.931,37	2.136.675.023,61
Pessoal e Encargos Sociais		34.833.689.626,00	37.211.274.672,04	36.386.281.187,58	36.100.903.197,03	36.060.573.875,02	824.993.484,46
Juros e Encargos da Dívida		756.605.758,00	117.634.125,20	109.254.013,55	109.254.013,55	109.254.013,55	8.380.111,65
Outras Despesas Correntes		47.797.420.133,00	56.693.462.229,33	55.390.160.801,83	51.687.874.092,13	50.784.950.042,80	1.303.301.427,50
Despesas de Capital (IX)	6	12.493.094.786,00	19.065.460.220,01	14.943.517.737,94	10.399.507.325,07	9.965.973.844,30	4.121.942.482,07
Investimentos		11.103.526.868,00	18.169.661.621,47	14.189.222.885,51	9.645.494.401,04	9.211.988.991,87	3.980.438.735,96
Inversões Financeiras		268.009.000,00	20.668.094,76	20.211.392,29	19.929.463,89	19.901.392,29	456.702,47
Amortização da Dívida		1.121.558.918,00	875.130.503,78	734.083.460,14	734.083.460,14	734.083.460,14	141.047.043,64
Reserva de Contingência (X)		1.000,00	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas (XI) = (VIII + IX + X)	4	95.880.811.303,00	113.087.831.246,58	106.829.213.740,90	98.297.538.627,78	96.920.751.775,67	6.258.617.505,68
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (XIII) = (XI + XII)	1	95.880.811.303,00	113.087.831.246,58	106.829.213.740,90	98.297.538.627,78	96.920.751.775,67	6.258.617.505,68
Superavit (XIV)		-	-	-	-	-	-
Total (XV) = (XIII + XIV)		95.880.811.303,00	113.087.831.246,58	106.829.213.740,90	98.297.538.627,78	96.920.751.775,67	6.258.617.505,68
Reserva do RPPS		-	-	-	-	-	-

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

em R\$

Restos a Pagar Não Processados	Notas	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes		712.239.390,93	5.075.065.239,08	3.722.256.303,63	3.711.890.492,65	2.064.907.165,49	10.506.971,87
Pessoal e Encargos Sociais		1.808.156,61	630.583.378,83	335.520.782,25	335.514.792,33	296.870.753,19	5.989,92
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		710.431.234,32	4.444.481.860,25	3.386.735.521,38	3.376.375.700,32	1.768.036.412,30	10.500.981,95
Despesas de Capital		811.167.346,94	4.716.526.367,91	2.927.696.703,32	2.815.771.971,00	821.269.126,96	1.890.652.616,89
Investimentos		811.167.346,94	4.427.311.367,91	2.638.481.703,32	2.526.556.971,00	821.269.126,96	1.890.652.616,89
Inversões Financeiras		-	289.215.000,00	289.215.000,00	289.215.000,00	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
Total	7	1.523.406.737,87	9.791.591.606,99	6.649.953.006,95	6.527.662.463,65	2.886.176.292,45	1.901.159.588,76

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

em R\$

Restos a Pagar Processados	Notas	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
Despesas Correntes		3.950.735,23	259.796.601,86	248.399.294,73	671.660,68	14.676.381,68
Pessoal e Encargos Sociais		81.464,08	16.615.907,60	16.609.179,35	25.500,84	62.691,49
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		3.869.271,15	243.180.694,26	231.790.115,38	646.159,84	14.613.690,19
Despesas de Capital		6.036.258,42	154.027.670,12	153.572.212,68	4.483.387,44	2.008.328,42
Investimentos		6.036.258,42	154.027.670,12	153.572.212,68	4.483.387,44	2.008.328,42
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
Total		9.986.993,65	413.824.271,98	401.971.507,41	5.155.048,12	16.684.710,10

1.2 Balanço Patrimonial

CONSOLIDADO GERAL Balanço Patrimonial do Exercício 2023

em R\$

ATIVO				PASSIVO			
Especificação	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		48.451.515.504,41	49.255.484.880,01	Passivo Circulante		85.885.343.565,22	13.330.885.421,27
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	30.131.713.836,83	31.465.551.251,12	Obrig. Trab., Prev. Assist. Pagar a Curto Prazo	12	3.350.831.653,34	3.812.952.774,29
Créditos a Curto Prazo	2	16.894.747.940,99	17.113.922.337,74	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	13	149.732.540,29	158.272.331,92
Investim. e Aplic. Temporárias a Curto Prazo		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	14	3.425.815.089,90	2.533.746.607,34
Estoques	3	1.419.668.499,33	667.629.885,17	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	15	41.331.451,28	15.609.608,37
VPD Pagas Antecipadamente	4	5.385.227,26	8.381.405,98	Obrigações de Repartições a Outros Entes	16	370.190.046,46	-
				Provisões a Curto Prazo	17	4.127.373,72	22.178.375,61
				Demais Obrigações a Curto Prazo	18	78.543.315.410,23	6.788.125.723,74
Ativo Não Circulante		187.098.475.519,33	112.514.728.029,32	Passivo Não Circulante		224.553.880.439,54	154.378.388.360,41
Realizável a Longo Prazo		152.529.562.080,12	75.048.641.318,27	Obrig. Trab., Prev. Assist. Pagar a Longo Prazo	12	27.362.696.294,16	20.082.827.291,98
Créditos a Longo Prazo	5	152.490.219.387,90	75.042.203.113,61	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	13	1.183.182.525,92	1.073.486.285,08
Investimentos Temp. a Longo Prazo	6	117.204,47	61.435,90	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	14	4.906.818.378,17	2.470.492.794,45
Estoques	7	35.802.147,82	3.832.172,14	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	15	238.624.467,24	245.154.869,83
VPD Pagas Antecipadamente	8	3.423.339,93	2.544.596,62	Provisões a Longo Prazo	17	179.450.784.689,10	119.924.735.692,96
Investimentos	9	4.641.032.156,11	7.529.943.798,79	Demais Obrigações a Longo Prazo	18	11.411.774.084,95	10.581.691.426,11
Imobilizado	10	29.885.183.932,55	29.896.075.389,87	Resultado Diferido		-	-
Intangível	11	42.697.350,55	40.067.522,39				
				Total do Passivo		310.439.224.004,76	167.709.273.781,68
				Passivo a Descoberto	19	(74.889.232.981,02)	(5.939.060.872,35)
				Patrimônio Social e Capital Social		1.418.607.329,28	1.418.607.329,28
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		126,13	126,13
				Reservas de Capital		-	-
				Ajustes de Avaliação Patrimonial	20	(835.934,40)	(626.950,80)
				Reservas de Lucros		-	-
				Demais Reservas	21	3.691.856.075,57	3.694.187.240,68
				Resultados Acumulados	22	(79.998.860.577,60)	(11.051.228.617,64)
				(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
Total		235.549.991.023,74	161.770.212.909,33	Total		235.549.991.023,74	161.770.212.909,33

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

em R\$

Ativo (I)	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo (II)	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Financeiro		35.570.654.243,25	39.188.214.821,28	Passivo Financeiro		19.153.830.607,64	19.281.399.824,57
Ativo Permanente		199.979.336.780,49	122.581.998.088,05	Passivo Permanente		301.340.014.366,83	159.203.621.738,56
				Saldo Patrimonial (I - II)	23	(84.943.853.950,73)	(16.714.808.653,80)

Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

em R\$

Atos Potenciais Ativos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Atos Potenciais Passivos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Recebidas		5.504.298.713,10	4.539.895.178,25	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Conven. Outros Instr. Congêneres		-	-	Obrigações Conven. Outros Instr. Congêneres		-	-
Direitos Contratuais		-	-	Obrigações Contratuais		29.253.569.155,46	29.662.854.411,96
Outros Atos Potenciais Ativos		2.873.362.658,21	2.894.452.353,00	Outros Atos Potenciais Passivos		1.398.484.194,04	1.243.232.400,06
Total	24	8.377.661.371,31	7.434.347.531,25	Total	24	30.652.053.349,50	30.906.086.812,02

CONSOLIDADO GERAL
Balço Patrimonial do Exercício 2023

Quadro do Superavit / Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

em R\$

Fontes de Recursos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ordinária		3.329.077.470,41	8.704.320.245,18
Vinculada		13.087.746.165,20	11.202.494.751,53
Operações de Crédito		222.978.435,71	63.541.327,69
Transferências Federais		1.639.083.757,87	1.257.614.731,67
Transferências Estaduais		534.201.352,91	588.062.407,65
Fundo Constitucional de Educação		211.975.164,30	402.743.967,92
Outras Fontes		211.633.587,30	447.456.063,21
Receita Condicionada		-	-
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado		7.701.625.296,26	7.570.424.708,52
Alienação de Bens Ativos		458.490.013,18	95.384.270,84
Depósitos Judiciais		597.307.150,23	689.146.549,16
Transf. Federais - Custeio Covid Fundo a Fundo - Serv. Púb. Saúde		7.901.188,54	79.650.347,13
Previdência Social		1.495.621.589,16	-
Transf. Federais - Invest. Covid Fundo a Fundo - Serv. Púb. Saúde		4.061.921,17	5.603.669,17
Transf. Federais - Convênios/Contratos Covid Vinculados à Saúde		-	-
Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I		2.866.708,57	2.866.708,57
Recursos Extraorçamentários		-	-
Total	25 A	16.416.823.635,61	19.906.814.996,71

CONSOLIDADO GERAL
Balanco Patrimonial do Exercício 2023

Quadro do Superavit / Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964) - Segregado pelo segmento "Código Padronizado da Fonte de Recurso" definido pela STN

em R\$			
Fonte de Recurso	Descrição	Notas	Saldo em 31/12/2023
	TOTAL DE RECURSOS	25 B	16.416.823.635,61
	Total de Recursos Ordinários		3.329.077.470,41
500	Recursos não vinculados de Impostos		1.808.043.598,44
501	Outros Recursos não Vinculados		1.490.704.254,21
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos		14.624.316,43
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		3.136.199,21
705	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		(2.216.523,91)
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais		1.527.869,15
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos		440.287,94
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas.		12.817.468,94
	Total de Recursos Vinculados		13.087.746.165,20
	Total de Recursos Vinculados à Educação		629.912.402,52
540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		211.975.164,30
550	Transferência do Salário-Educação		230.741.257,52
552	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		105.197.009,05
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNAETE)		942.431,98
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE		58.511.790,62
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		147.162,35
599	Outros Recursos Vinculados à Educação		22.397.586,70
	Total de Recursos Vinculados à Saúde		736.603.484,69
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		487.446.895,37
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		41.925.424,86
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.		7.901.188,54
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.		3.300.742,60
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias		100.217.040,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem		3.446.121,27
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		56.600.730,17
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		10.446.601,11
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		112.086,47
634	Operações de Crédito vinculadas à Saúde		9.342.606,76
636	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		126.619,50
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde		15.737.428,04
	Total de Recursos Vinculados à Assistência Social		61.766.517,69
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		30.887.823,93
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		4.535.920,69
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social		24.947.850,91
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social		1.394.922,16
	Total de Recursos Vinculados de Transferências (Exceto Educação, Saúde e Assistência)		816.835.425,37
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		354.083.711,07
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		200.178.313,81
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios		16.413.032,60
703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades		2.964.478,12
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais (Exceto Recursos Ord.)		51.590.611,84
706	Transferência Especial da União		47.064.800,38
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020		2.866.708,57
710	Transferência Especial dos Estados		37.933.494,77
714	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT		2.366.289,24
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual		64.372.056,76
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura		24.822.405,87
717	Assistência Financeira Transporte Coletivo - Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022		1.242.470,99
749	Outras vinculações de transferências		10.937.051,35
	Demais Vinculações		9.251.815.531,22
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		31.075.954,98
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		178.776.361,26
752	Recursos Vinculados ao Trânsito		472.461.338,38
754	Recursos de Operações de Crédito		213.635.828,95
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta		81.745.391,57
756	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta		387.840.344,09
757	Recursos de depósitos judiciais - Lides das quais o ente faz parte		597.307.150,23
759	Recursos vinculados a fundos municipais		1.766.271.594,84
799	Outras vinculações legais - Inclusive CEPACs e Op. Urbanas Consorciadas		5.522.701.566,92
	Recursos Vinculados à Previdência Social		1.495.621.589,16
800	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		1.057.617.273,06
801	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		438.004.316,10
	Outros Recursos Vinculados		95.191.214,55
899	Outros Recursos Vinculados		95.191.214,55

1.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

CONSOLIDADO GERAL
Demonstrações das Variações Patrimoniais do Exercício 2023

em R\$

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas		287.758.185.107,53	462.895.069.357,24
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		56.956.661.436,68	51.401.674.339,06
Impostos	1	55.922.620.596,80	50.792.378.943,32
Taxas		1.034.040.839,88	609.295.213,08
Contribuições de Melhoria		-	182,66
Contribuições		9.135.101.106,51	7.523.506.124,48
Contribuições Sociais	2	8.357.471.548,33	6.797.141.273,50
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		777.629.558,18	726.364.850,98
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.378.323.737,66	1.719.919.962,83
Venda de Mercadorias		10.564.101,78	55.821.144,11
Venda de Produtos		-	-
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	3	1.367.759.635,88	1.664.098.818,72
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		30.040.749.433,77	30.096.897.953,33
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora	4	18.395.419.316,92	18.110.928.640,50
Variações Monetárias e Cambiais		6.715.549.844,16	7.915.738.090,88
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		4.791.662.470,15	4.038.952.343,93
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		138.117.802,54	31.278.878,02
Transferências e Delegações Recebidas		35.466.290.490,60	35.845.366.163,03
Transferências Intragovernamentais	5	8.753.477.073,21	9.772.288.856,97
Transferências Intergovernamentais	6	25.755.514.063,80	25.643.975.771,88
Transferências das Instituições Privadas		35.314.586,91	34.756.872,14
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	194.306,41
Execução Orçamentária Delegada		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		51.262.156,08	21.297.677,90
Outras Transferências e Delegações Recebidas		870.722.610,60	372.852.677,73
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		1.185.300.999,05	28.359.195.800,65
Reavaliação de Ativos	7	26.180.900,55	8.472.001,13
Ganhos com Alienação	7	312.324.865,13	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	7	65.580.554,46	262.599.801,03
Ganhos com Desincorporação de Passivos	8	781.214.678,91	28.088.123.998,49
Reversão de Redução a Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	9	153.595.757.903,26	307.948.509.013,86
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		1.485.176.024,44	734.861.770,39
Reversão de Provisões e Ajustes e Perdas		74.556.827.038,31	300.706.441.946,22
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		77.553.754.840,51	6.507.205.297,25

em R\$

	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Diminutivas		354.430.344.207,93	375.795.232.778,50
Pessoal e Encargos		25.143.064.936,68	20.484.044.608,55
Remuneração a Pessoal	10	20.037.937.028,31	15.831.961.724,41
Encargos Patronais		3.627.107.421,95	3.347.353.910,28
Benefícios a Pessoal		1.391.304.301,00	1.217.486.155,57
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		86.716.185,42	87.242.818,29
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		13.161.461.463,43	15.449.190.356,09
Aposentadorias e Reformas	11	12.017.576.761,84	14.422.561.042,07
Pensões		1.097.496.789,39	1.000.403.274,21
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		2.254.016,00	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		409.293,13	377.553,31
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		43.724.603,07	25.848.486,50
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		31.525.958.765,78	21.234.939.879,68
Uso de Material de Consumo	12	3.099.886.316,17	2.632.196.748,56
Serviços	13	28.087.420.359,57	18.294.914.331,96
Depreciação, Amortização e Exaustão		338.652.090,04	307.828.799,16
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		7.420.660.508,82	6.926.938.295,66
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	14	114.063.426,48	175.319.612,06
Juros e Encargos de Mora	15	22.096.944,46	10.703.474,01
Variações Monetárias e Cambiais	16	7.270.493.133,29	6.704.557.077,03
Descontos Financeiros Concedidos		2.451.518,19	4.391.706,48
Remuneração Negativa de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		2.915.356,68	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	17	8.640.129,72	31.966.426,08
Transferências e Delegações Concedidas		39.989.609.482,00	37.708.533.092,48
Transferências Intragovernamentais	18	10.606.899.921,05	10.660.711.084,84
Transferências Intergovernamentais	19	8.338.606.333,28	8.088.886.116,42
Transferências a Instituições Privadas	20	20.753.283.273,33	18.955.216.190,04
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		237.272,45	204.420,28
Execução Orçamentária Delegada		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		290.582.681,89	3.515.280,90
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		27.397.860.147,45	26.528.047.118,65
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	21	15.198.024.402,76	13.809.488.302,62
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		2.363.257,69	689.409,80
Incorporação de Passivos		-	1.114.908,11
Desincorporação de Ativos	22	12.197.472.487,00	12.716.754.498,12
Tributárias		778.681.819,98	802.417.066,37
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		18.827.576,63	11.547.073,77
Contribuições		759.854.243,35	790.869.992,60
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		16.022.088,98	29.333.345,45
Custo das Mercadorias Vendidas		16.022.088,98	29.333.345,45
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	23	208.997.024.994,81	246.631.789.015,57
Premiações		11.985.507,95	9.952.680,17
Resultado Negativo de Participações		138.945.905,21	263.615.784,62
Incentivos		295.282.885,75	312.715.228,73
Subvenções Econômicas		34.863.922,00	-
Participações e Contribuições		-	-
VPD de Constituição de Provisões		133.337.944.965,94	245.587.867.957,18
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		75.178.001.807,96	457.637.364,87
Resultado Patrimonial do Período		(66.672.159.100,40)	87.099.836.578,74

1.4 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

CONSOLIDADO GERAL
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido do Exercício 2023

em R\$

Especificação	Notas	Patrimônio Social/Capital Social	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldos Iniciais		1.418.607.329,28	126,13	-	(626.950,80)	-	3.694.187.240,68	(11.051.111.869,94)	-	(5.938.944.124,65)
Ajustes de Exercícios Anteriores	2	-	-	-	-	-	-	(2.275.798.590,86)	-	(2.275.798.590,86)
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	1	-	-	-	-	-	-	(66.671.950.116,80)	-	(66.671.950.116,80)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	(208.983,60)	-	-	-	-	(208.983,60)
Constituição/Reversão de Reservas	3	-	-	-	-	-	(2.331.165,11)	-	-	(2.331.165,11)
Saldos Finais		1.418.607.329,28	126,13	-	(835.934,40)	-	3.691.856.075,57	(79.998.860.577,60)	-	(74.889.232.981,02)

1.5 Balanço Financeiro

CONSOLIDADO GERAL
Balanço Financeiro do Exercício 2023

em R\$

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
Especificação	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	1A, 1B e 1C	100.469.588.312,01	92.592.898.385,87	Despesa Orçamentária (VI)	1D	106.829.213.740,90	91.088.340.203,36
Ordinária		68.933.605.257,64	73.200.573.750,46	Ordinária		75.197.512.776,58	74.182.661.067,23
Tesouro Municipal		68.126.747.443,56	63.371.045.803,69	Tesouro Municipal		74.460.031.928,02	65.347.952.363,05
Recursos Próprios da Administração Indireta		69.316.513,17	9.436.382.065,30	Recursos Próprios da Administração Indireta		53.798.430,18	8.463.232.182,55
Recursos Próprios da Empresa Dependente		737.541.300,91	393.145.881,47	Recursos Próprios da Empresa Dependente		683.682.418,38	371.476.521,63
Vinculada		31.535.983.054,37	19.392.324.635,41	Vinculada		31.631.700.964,32	16.905.679.136,13
Operações de Crédito		380.108.742,84	121.859.061,84	Operações de Crédito		269.585.321,02	266.929.290,92
Transferências Federais		4.285.002.446,00	3.882.116.949,74	Transferências Federais		4.047.112.613,06	3.789.511.523,39
Transferências Estaduais		895.430.880,43	1.106.915.019,77	Transferências Estaduais		995.758.938,84	869.996.772,17
Fundo Constitucional de Educação		6.599.253.759,46	6.825.572.178,47	Fundo Constitucional de Educação		7.056.169.615,30	7.013.885.087,71
Outras Fontes		136.999.595,50	181.325.902,23	Outras Fontes		108.369.036,07	166.717.703,02
Receita Condicionada		-	-	Receita Condicionada		-	-
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado		4.627.112.431,42	5.925.513.118,58	Tesouro Municipal - Recurso Vinculado		5.217.641.901,60	3.814.364.346,00
Alienação de Bens Ativos		420.359.375,68	27.927.237,86	Alienação de Bens Ativos		22.801.944,78	-
Depósitos Judiciais		907.798.795,07	1.256.358.306,13	Depósitos Judiciais		999.638.194,00	930.164.727,00
Previdência Social		13.283.917.027,97	-	Previdência Social		12.841.327.551,06	-
Transf. Federais - Custeio Covid Fundo a Fundo - Serv. Púb. Saúde		-	64.736.860,79	Transf. Federais - Custeio Covid Fundo a Fundo - Serv. Púb. Saúde		71.754.100,59	51.702.039,92
Transf. Federais - Invest. Covid Fundo a Fundo - Serv. Púb. Saúde		-	-	Transf. Federais - Invest. Covid Fundo a Fundo - Serv. Púb. Saúde		1.541.748,00	2.407.646,00
Transf. Federais - Convênios/Contratos Covid Vinculados à Saúde		-	-	Transf. Federais - Convênios/Contratos Covid Vinculados à Saúde		-	-
Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I		-	-	Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I		-	-
Transferências Financeiras Recebidas (II)	2	4.565.067.820,54	7.359.281.472,77	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	2	4.565.067.820,54	7.359.281.472,77
Para Execução Orçamentária		4.332.864.296,22	3.591.375.260,47	Para Execução Orçamentária		4.332.864.296,22	3.595.369.787,56
Independentes de Execução Orçamentária		29.912.024,50	28.423.156,42	Independentes de Execução Orçamentária		29.912.024,50	28.423.156,42
Para Aportes de Recursos para o RPPS		202.291.499,82	3.739.483.055,88	Para Aportes de Recursos para o RPPS		202.291.499,82	3.735.488.528,79
Para Aportes de Recursos Para o RGPS		-	-	Para Aportes de Recursos Para o RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	3	50.978.140.807,41	50.848.142.799,68	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	3	48.303.489.540,37	44.042.624.233,73
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	4	8.531.675.113,12	9.791.591.606,99	Pagamentos Restos a Pagar Não Processados	4	6.142.341.334,86	3.404.095.483,79
Inscrição de Restos a Pagar Processados	4	1.350.817.840,69	407.254.120,14	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	4	395.999.946,01	262.392.923,81
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		8.792.249.488,42	8.965.300.736,72	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		11.621.222.589,48	11.073.651.350,66
Outros Recebimentos Extraorçamentários		32.303.398.365,18	31.683.996.335,83	Outros Pagamentos Extraorçamentários		30.143.925.670,02	29.302.484.475,47
Saldo do Exercício Anterior (IV)	5	38.762.142.872,68	30.452.066.124,22	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	5	35.077.168.710,83	38.762.142.872,68
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	31.465.551.251,12	24.747.281.858,69	Caixa e Equivalentes de Caixa	6	30.131.713.836,83	31.465.551.251,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.296.591.621,56	5.658.593.998,88	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.945.454.874,00	7.296.591.621,56
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS		-	46.190.266,65	Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS		-	-
Total (V) = (I+II+III+IV)		194.774.939.812,64	181.252.388.782,54	Total (X) = (VI+VII+VIII+IX)		194.774.939.812,64	181.252.388.782,54

1.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa

CONSOLIDADO GERAL Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício 2023

em R\$

	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (I)	1	8.257.352.418,94	9.188.893.380,71
Ingressos		155.419.334.888,29	147.589.096.431,59
Receitas Derivadas e Originárias		74.813.180.458,05	66.401.231.017,85
Receita Tributária		52.095.430.669,73	47.822.636.239,83
Receita de Contribuições		9.135.182.562,22	7.523.217.028,11
Receita Patrimonial		5.194.996.096,74	5.000.267.821,91
Receita Agropecuária			-
Receita Industrial			-
Receita de Serviços		810.867.933,95	532.191.425,82
Remuneração das Disponibilidades		249.745.090,89	211.669.451,01
Outras Receitas Derivadas e Originárias		7.326.958.104,52	5.311.249.051,17
Transferências Recebidas		26.877.347.479,75	29.506.335.040,09
Intergovernamentais		15.748.168.326,86	15.457.005.176,18
Da União		4.553.709.244,77	4.132.977.782,26
De Estados e Distrito Federal		11.194.459.082,09	11.324.027.393,92
De Municípios		-	-
Intragovernamentais		4.585.110.279,74	7.362.003.374,10
Outras Transferências Correntes Recebidas		6.544.068.873,15	6.687.326.489,81
Outros Ingressos Operacionais		53.728.806.950,49	51.681.530.373,65
Outros Ingressos Operacionais		53.728.806.950,49	51.681.530.373,65
Desembolsos		147.161.982.469,35	138.400.203.050,88
Pessoal e Demais Despesas		90.805.813.705,20	78.277.764.599,67
Legislativa		1.153.794.979,40	996.989.575,66
Judiciária		239.864.716,34	222.033.748,08
Administração		1.232.801.151,37	1.102.794.342,88
Defesa Nacional		133.498,92	40.016,92
Segurança Pública		1.067.753.381,34	772.987.904,18
Relações Exteriores		34.541.467,93	13.398.105,21
Assistência Social		2.187.290.250,59	1.851.420.376,54
Previdência Social		23.597.146.576,76	19.134.779.040,21
Saúde		18.812.077.883,22	17.034.272.291,15
Trabalho		284.790.495,47	137.862.121,36
Educação		20.167.698.580,33	17.628.460.827,17
Cultura		968.294.619,21	764.391.122,09
Direitos da Cidadania		448.101.308,35	262.271.058,59
Urbanismo		6.168.034.318,70	5.300.342.875,61
Habitação		387.191.535,98	376.583.370,45
Saneamento		515.444.879,44	343.764.368,83
Gestão Ambiental		444.153.485,37	324.919.228,42
CIÊNCIA E TECNOLOGIA		15.081.100,36	
Agricultura		3.948.266,50	-
Comércio e Serviços		483.778.322,75	358.954.270,71
Comunicações		312.224.726,31	284.087.550,33
Energia			-
Transporte		7.944.310.811,88	7.679.589.031,71
Desporto e Lazer		1.129.458.476,90	689.028.091,36
Encargos Especiais		3.207.898.871,78	2.998.795.282,21
Juros e Encargos da Dívida		109.254.013,55	162.260.610,92
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		68.874.316,21	145.682.288,07
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		32.811.783,99	10.674.489,24
Outros Encargos da Dívida		7.567.913,35	5.903.833,61
Transferências Concedidas		4.565.067.820,54	7.359.281.472,77
Intragovernamentais		4.565.067.820,54	7.359.281.472,77
Outros Desembolsos Operacionais		51.681.846.930,06	52.600.896.367,52
Outros Desembolsos Operacionais		51.681.846.930,06	52.600.896.367,52
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (II)	2	(10.817.430.444,99)	(3.188.608.903,82)
Ingressos		1.383.804.122,85	1.927.120.846,88
Alienação de Bens		355.749.778,12	16.628.991,61
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		24.801.621,08	238.234.170,57
Outros Ingressos de Investimento		1.003.252.723,65	1.672.257.684,70
Desembolsos		12.201.234.567,84	5.115.729.750,70
Aquisição de Ativo Não Circulante		7.267.912.596,27	3.711.516.879,07
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		4.933.321.971,57	1.404.212.871,63
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (III)	3	1.226.240.611,76	717.984.915,54
Ingressos		1.960.324.071,90	2.117.492.953,82
Operações de Crédito		368.156.173,68	103.342.000,00
Transferências de Capital Recebidas		684.369.103,15	757.792.647,69
Outros Ingressos de Financiamentos		907.798.795,07	1.256.358.306,13
Desembolsos		734.083.460,14	1.399.508.038,28
Amortização/Refinanciamento da Dívida		148.416.296,54	390.912.142,60
Outros Desembolsos de Financiamentos		585.667.163,60	1.008.595.895,68
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I + II + III)	4	(1.333.837.414,29)	6.718.269.392,43
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		31.465.551.251,12	24.747.281.858,69
Caixa e Equivalente de Caixa Final	5	30.131.713.836,83	31.465.551.251,12

2. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

2.1 Introdução

A Prefeitura de São Paulo é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 46.395.000/0001-39, com sede administrativa localizada no Edifício Matarazzo, também conhecido como Palácio do Anhangabaú, no seguinte endereço: Viaduto do Chá, nº 15, Centro, São Paulo - SP.

As atividades operacionais do Município são amparadas pela Lei Municipal nº 17.876, de 29 de dezembro de 2022 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2023.

As ações desenvolvidas pelo Município estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Administração, Defesa Nacional, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Judiciária, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Comunicações, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais.

As demonstrações contábeis da Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, incluindo os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos seguintes Órgãos:

Administração Direta		Administração Indireta	
Poder Executivo	Qty.	Poder Executivo	Qty.
Secretarias	21	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município SP	1
Fundos	20	Cinema e Audiovisual de São Paulo	1
Subprefeituras	32	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	1
Controladoria Geral do Município	1	Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	1
Procuradoria Geral do Município	1	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	1
Encargos Gerais	1	Fundo Municipal de Habitação	1
		Fundo Municipal de Limpeza Urbana	1
		Hospital do Servidor Público Municipal	1
		Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	1
Poder Legislativo	Qty.	São Paulo Turismo	1
Câmara Municipal de São Paulo	1	São Paulo Urbanismo	1
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	1	Fundo Financeiro - FUNFIN	1
Respectivos Fundos	2	Fundo Previdenciário - FUNPREV	1
		Serviço Funerário do Município de São Paulo (em fase de extinção)	1
		Autarquia Hospitalar Municipal (encerrada)	1
		Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (encerrada)	1
Total de 96 órgãos			

Cabe observar que este Município ainda não adota o procedimento de eliminação das transações recíprocas entre entidades do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS nos demonstrativos consolidados, entretanto, tem a pauta em alta prioridade. Por ora, os demonstrativos consolidados evidenciam a somatória das transações das entidades, seja com terceiros, seja entre entidades pertencentes à esfera municipal. Além de alterações no Sistema SOF para eliminação das transações recíprocas, existe a necessidade de alinhamento de

processos, de forma a possibilitar a correlação dos registros nas entidades envolvidas nas operações intragovernamentais.

Conforme a Lei nº 17.433, de 29 de julho de 2020, que dispõe sobre a reorganização da Administração Pública Municipal Indireta, incluindo a criação e a extinção de entidades, está autorizado ao Poder Executivo realizar a extinção do Serviço Funerário do Município de São Paulo – SFMSP, da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia – FUNDATEC e da São Paulo Turismo S.A. – SPTURIS.

Conforme o Decreto nº 61.989, de 18 de novembro de 2022, foi instituída a Comissão Especial de Transição Institucional do Serviço Funerário do Município de São Paulo – CETISF, com a atribuição de organizar, acompanhar, adotar e propor as providências necessárias para a transição da gestão, regulação e fiscalização dos contratos de concessão para a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo – SP Regula, tendo como objeto a gestão, operação, manutenção, exploração, revitalização e expansão dos 22 (vinte e dois) cemitérios e dos crematórios públicos e da prestação de serviços funerários do Município de São Paulo.

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicado o Decreto nº 63.110/2023, que informa a extinção em 31/12/2023 do Serviço Funerário do Município de São Paulo, bem como encerra os trabalhos da Comissão Especial de Transição Institucional do SFMSP – CETISF.

As demonstrações destas Notas Explicativas são compostas por Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa. Todas as demonstrações contábeis se referem ao exercício financeiro de 2023, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações contábeis constantes nesta Nota Explicativa foram elaboradas de acordo com as orientações contidas na Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 9ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

Estas Notas Explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

2.2 Cisões, Fusões, Incorporações, Transformações, Liquidações de Empresas Municipais

A relação das empresas municipais dependentes e independentes e respectivo percentual de participação acionária da PMSP estão demonstradas no quadro do cálculo da atualização de Investimentos Permanentes pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, na Nota Explicativa nº 9 - Investimentos do Balanço Patrimonial. No exercício de 2023, não houve operações de cisão, fusão, incorporação ou liquidação das empresas municipais.

2.3 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Disponibilidades: O Caixa e Equivalente de Caixa é mensurado ou avaliado pelo valor original e as aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

b) Créditos e Obrigações: São mensurados ou avaliados pelo valor original e, quando aplicável, são adicionados de atualização monetária, juros, multas e demais acréscimos previstos em normativos legais. As contas Clientes, Empréstimos e Financiamentos Concedidos, e Dívida Ativa apresentam-se com montante líquido, descontado o Ajuste para Perdas.

c) Estoques: Compreendem os valores dos bens adquiridos pelo Município com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. O método para mensuração e avaliação dos estoques é o custo médio ponderado.

d) Investimentos Permanentes: As participações em empresas sobre as quais o Município tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações contábeis mais recentes das controladas, sendo essas as da competência outubro de 2023, de acordo com IPSAS 7- Investimentos em Coligada, item 30.

e) Imobilizado:

Bens Imóveis: Em atendimento à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, o reconhecimento dos bens imóveis municipais ocorreu em 31/12/2020. O critério adotado para

mensuração dos bens imóveis foi a base fiscal da Subsecretaria da Receita Municipal – SUREM, em função dos dados serem atualizados anualmente, com parâmetros de bases confiáveis. Em março de 2022 foi implantado o módulo de contabilidade no Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis – SBPI, oportunidade em que os bens tiveram seus valores atualizados monetariamente e iniciou-se o ciclo de depreciação. A partir deste momento, os lançamentos contábeis passaram a ser integrados ao SOF mensalmente.

Bens Móveis: De acordo com o artigo 11 do Decreto nº 53.484, de 19 de outubro de 2012 e alterações introduzidas pelos Decretos nº 56.214, de 30 de junho de 2015 e nº 59.822, de 06 de outubro de 2020, o valor do registro de bens móveis será feito pelo valor de aquisição e, na sua falta, pelo valor justo, considerando para este último o desgaste físico, pelo uso ou não, geração de benefícios futuros, limites legais e contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo e obsolescência tecnológica.

Com a publicação da Portaria SF nº 339, de 02 de dezembro de 2021, mudanças foram introduzidas em relação ao critério de reconhecimento e registro patrimonial dos bens móveis, devendo serem cadastrados no Sistema de Bens Patrimoniais Móveis - SBPM os bens móveis com valor igual ou superior a R\$ 800,00 (oitocentos reais), sem prejuízo das demais hipóteses definidas no art. 3º, do Decreto nº 53.484, de 19 de outubro de 2012 e alterações realizadas pelo Decreto nº 59.822, de 06 de outubro de 2020.

A Portaria SF nº 90, de 20 de abril de 2022, normatiza que as aquisições de material permanente cujo valor for de R\$ 350,00 ou inferior, deverão ser consideradas como material de consumo, onerando a despesa correspondente. Cabe ressaltar que alguns critérios trazidos pela norma são em função de limitação sistêmica, sendo alterado tão logo haja a instituição do novo sistema, respeitando a norma sobre mudança de política contábil (NBCTSP 23).

f) Vida Útil dos Bens Móveis: O critério de vida útil adotado para os bens móveis da Prefeitura do Município de São Paulo, registrados no sistema SBPM, é definido por meio da convergência do percentual de depreciação atribuído a cada grupo contábil, instituído no Anexo Único do Decreto nº 56.214/2015.

g) Vida Útil dos Bens Imóveis: O critério de vida útil adotado para os bens imóveis da Prefeitura do Município de São Paulo, registrados no sistema SBPI, são 30 anos para os bens de uso especial e de 35 anos para os bens imóveis dominicais, conforme normatizado pelo Decreto nº 63.231, de 28 de fevereiro de 2024.

h) Intangível: O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com esta finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

i) Depreciação, Amortização e Exaustão: A Administração Pública Direta do Poder Executivo começou a efetuar os procedimentos de depreciação para bens móveis, a partir do exercício contábil de 2015, mais precisamente no mês de dezembro, com a publicação do Decreto nº 56.214/2015.

A base de cálculo para a depreciação é o custo do ativo imobilizado, menos o seu valor residual, quando existir, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado para toda a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional para os bens móveis é o das quotas constantes. A depreciação tem início a partir do 1º dia do mês subsequente à data do registro do bem no SBPM.

A Administração Pública Direta do Poder Executivo começou a efetuar os procedimentos de depreciação para bens imóveis no exercício contábil de 2022, mais precisamente no mês de março.

Todos estes bens foram depreciados mensalmente, os bens imóveis de uso especial têm vida útil definida em 30 anos e o de dominicais 35 anos, conforme normatizado pelo Decreto nº 63.231, de 28 de fevereiro de 2024.

Os bens intangíveis reconhecidos pela Prefeitura do Município de São Paulo não estão sendo amortizados, pois se aguarda a implantação de um sistema que permita o controle, gerenciamento e registro contábil destes bens.

i) Desvinculação das Receitas Municipais – DRM: Durante o exercício financeiro de 2023, o Município de São Paulo aplicou os dispositivos da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016 e o Decreto Municipal nº 57.380, de 13 de outubro de 2016, com alterações trazidas pelo Decreto 60.774 de 16 de novembro de 2021, em seu inciso IV, artigo 2º, com a finalidade de também excetuar parte da desvinculação das receitas oriundas das doações ao Fundo Municipal do Idoso – FMID e ao FUMCAD – Fundo Municipal da Criança e Adolescente.

A Secretaria Municipal da Fazenda editou as Portarias SF nº 310, de 08 de dezembro de 2023 e nº 16 de 19 de janeiro de 2024, totalizando o montante de receitas desvinculadas no valor de R\$ 1,11 bilhão.

2.4 Base de Preparação

A Prefeitura do Município de São Paulo vem implementando ações para convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, fundamentadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e também nos prazos de obrigatoriedade para registros contábeis

apresentados no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PCP, anexo à Portaria STN nº 548/2015. Visando implantação dos PCP, foram realizados estudos com o intuito de atender à referida portaria e melhorar os procedimentos internos e/ou sistemas, contribuindo para a transparência das informações e eficiência desta Municipalidade.

As ações realizadas para melhoria de procedimentos internos estão apresentadas no item 3 - Ações de Melhoria nos Processos e Sistema. O quadro a seguir apresenta o Cronograma dos Procedimentos Contábeis desta Prefeitura e respectivos detalhes das ações que se encontram em implementação e em estudo:

PCP - Portaria STN 548/2015- Ordem cronológica para municípios com mais de 50 mil habitantes	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio Atual de Implantação - PMS
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato	Implementado
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	Implementado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	Em implementação
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2017	01/01/2018	Em estudo
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)	31/12/2017	01/01/2018	Em implementação
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2019	01/01/2020	Não iniciado
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2019	01/01/2020	Em estudo
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	31/12/2019	01/01/2020	Em implementação
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2019	01/01/2020	Implementado
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	Em implementação
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2020	01/01/2021	Em estudo
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2020	01/01/2021	Não iniciado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2020	01/01/2021	Em implementação
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2021	01/01/2022	Não iniciado
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2022	01/01/2023	Em estudo
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	31/12/2022	01/01/2023	Não iniciado

Item 1 – Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições

A Secretaria Municipal da Fazenda, por meio da Subsecretaria da Receita – SUREM, desenvolveu o projeto Base de Dados dos Débitos Municipais – BDM, que contempla a renovação dos sistemas de arrecadação tributária, com início e implementação pelo imposto IPTU, especificamente no que se refere à arrecadação, débito automático, parcelamentos administrativos, inscrição em dívida e controle e gerenciamento das suspensões de exigibilidade, que se encontram atualmente em produção.

Em razão do projeto do Novo IPTU ter sofrido atraso, devido à alta complexidade de regras e integrações envolvidas, a construção do fluxo de informações que permitiria o registro contábil por competência permaneceu fora do escopo do grupo de trabalho, o que prejudicou o atendimento ao disposto na Portaria STN nº 548/2015.

Em 20/05/2021, o projeto novo IPTU foi formalmente declarado finalizado por meio do **Despacho interno SF/COTEC/DEPRO** (documento SEI nº 044538579, processo SEI nº 6017.2017/0043078-4), no entanto, não houve tempo hábil para a construção do Documento Visão de Negócios, que contemplaria estudos dos eventos tributários para o desenvolvimento do roteiro contábil para o registro do crédito do IPTU por competência (com base no projeto Novo IPTU), inicialmente para o exercício de 2021.

Em paralelo, foi autuado pelo Departamento de Contadoria – DECON, o processo SEI nº 6017.2019/0034542-0, requisitando a inclusão dos registros contábeis dos créditos tributários (impostos municipais) por competência no escopo do novo projeto GDM Cobrança de Débitos Municipais (vencidos e não vencidos). No processo SEI nº 6017.2022/0002375-4, autuado pelo DECON, encontra-se o histórico e os detalhes das justificativas expostas nesta nota explicativa.

Em 30/06/2022 foi publicada a Portaria SF nº 156/2022 que constituiu o Grupo de Trabalho – GT para estudar, elaborar e apresentar proposta, em forma de pré-projeto, de sistematização, de consolidação e de armazenamento das informações relacionadas ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, para o registro contábil patrimonial no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda, cuja solução deverá considerar a possibilidade de expansão futura para a contabilização patrimonial de outras fontes de receita além do IPTU. O GT apresentou a primeira versão do relatório para as chefias (documento SEI nº 075877659, processo SEI nº 6017.2022/0071679-2), a qual ainda está em discussão. O GT permanece estudando formas de sistematização das informações para dar sequência aos trâmites para a implementação do roteiro contábil.

Item 3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.

Como medida de atendimento ao PCP nº 3, da Portaria STN nº 548/2015, afirmamos que o Departamento de Contadoria – DECON vem, desde o ano de 2017, mapeando as receitas inerentes aos créditos não tributários, bem como a origem das respectivas informações que se encontram difusas por toda estrutura da Prefeitura do Município de São Paulo. Destacamos que muitos créditos não possuem sistema de controle, sendo reconhecidos apenas quando da sua arrecadação, dificultando assim a automatização da contabilização do crédito, seu movimento e principalmente a sua baixa.

Em 2019, a Secretaria Municipal da Fazenda publicou a Portaria SF nº 107, de 30 de abril de 2019, que dispõe sobre os registros contábeis de receitas não tributárias. Cabe observar que os motivos pelos quais o registro dos referidos créditos continua em desacordo com as normas

contábeis vigentes são: descentralização da gestão de valores a receber, administrados pelas diversas pastas municipais; ausência de integração entre o SOF (administrado pela SF) e os variados sistemas utilizados para o controle dos créditos não tributários por outras pastas; ausência de sistema (em alguns casos), sendo tais créditos controlados manualmente em planilhas de Excel; escassez de contadores de carreira nas unidades de origem, capacitados para identificar e analisar a documentação referente a tais créditos, para a correta construção dos fluxos de informação.

Tendo em vista a descentralização do controle, a necessidade de envolvimento de diversas áreas no processo e a dificuldade de estabelecimento de rotina de envio de informações com qualidade para o setor contábil, a Divisão de Contabilidade – DICON, em conjunto com o Departamento de Contadoria – DECON, optaram por iniciar o desenvolvimento do fluxo de informações para o registro das multas de trânsito, geridas pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito – SMT, por representarem os créditos não tributários de maior volume e relevância no contexto da PMSP.

Em 2018, foi contabilizado o montante de R\$ 6,2 bilhões referente a multas de trânsito, sendo lançado contra a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, por impossibilidade de se obter o detalhamento necessário, em tempo hábil, dos valores relativos a 2018 e exercícios anteriores. No exercício de 2023, assim como ocorrido nos exercícios posteriores a 2018, tal valor foi atualizado por diferença em 31/12/2023, atingindo aproximadamente R\$ 5,1 bilhões. Os trabalhos desenvolvidos para se obter o detalhamento necessário, de forma tempestiva e com confiabilidade das informações não foram concluídos, conforme observa-se no processo SEI nº 6017.2018/0015290-5. No entanto, em 2023 foram retomadas entre SMT e SF as tratativas para a viabilizar a atualização do quadro contábil gerado pelo Sistema de Administração de Penalidades Aplicadas a Administração e Trânsito – APAIT.

Item 6 – Evidenciação de Ativos e Passivos Contingentes em Contas de Controle e em Notas Explicativas.

O sistema existente na PMSP para atender às demandas de registro e gestão de processos judiciais pela Procuradoria Geral do Município, denominado Sistema Integral de Ações Judiciais – SIAJ, atualmente não dispõe de funcionalidades que permitam o registro contábil de passivos contingentes. Diante deste cenário e com o objetivo de atender a da Portaria STN nº 548/2015, o DECON, por meio do processo SEI nº 6017.2019/0043584-4, sugeriu a melhoria do SIAJ.

Item 7 – Reconhecimento, Mensuração, Evidenciação Bens Móveis e Imóveis

Os bens imóveis, mais especificamente os bens de uso especial e os bens dominicais da Administração Direta do Poder Executivo, são gerenciados pela Coordenadoria de Gestão do Patrimônio – CGPATRI, unidade pertencente atualmente à Secretaria Municipal de Gestão.

O Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis – SBPI está em sua terceira fase de desenvolvimento, que compreende as rotinas de alienação, cessão, permissão de uso e obras em andamento. Em março de 2022 foi implantado o módulo de contabilidade, momento em que os bens imóveis reconhecidos em 2020 foram atualizados monetariamente e passaram a ser depreciados.

A referida atualização foi processada, tendo como contrapartida a conta Reserva de Reavaliação, no valor de R\$ 3.428.910.923,00, sendo que tal lançamento encontrou respaldo em uma orientação obtida em relatório parcial de fiscalização do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, sendo toda tratativa registrada no processo SEI nº 6017.2022/0074280-7. Apesar do registro realizado, o DECON continua estudando o lançamento efetuado, de modo a consolidar o entendimento de que este procedimento realmente se configura como reavaliação.

O Decreto nº 60.246, de 14 de maio de 2021, que instituiu o Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis – SBPI no âmbito da Administração Direta do Município de São Paulo, prevê a validação dos dados pela área competente, no entanto, até o momento não ocorreram esta validação e nem o envio dos dados referentes ao acervo imobiliário municipal, como consta no processo SEI nº 6017.2024/0000345-5 Atualmente, a Prefeitura de São Paulo tem o registro de 1.684 bens imóveis, sendo estes bens de uso especial e dominical, os quais representam uma pequena fração do patrimônio existente.

Os bens móveis da Administração Direta do Poder Executivo, são gerenciados pelas unidades orçamentárias que realizam a sua aquisição e o registro contábil é realizado no Sistema de Bens Patrimoniais Móveis – SBPM, que está em vias de ser substituído por uma outra solução que permitirá um controle, gerenciamento e registro contábil mais eficiente e em conformidade com normativos contábeis e de gestão patrimonial vigentes.

Item 8 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de Infraestrutura e respectiva depreciação

Até o fim do exercício de 2023 não houve nenhum avanço significativo para o reconhecimento dos bens de infraestrutura, somente a inclusão do módulo de obras em andamento, na fase 3 do sistema SBPI.

Dada a pluralidade de obras do Município, bem como o quantitativo de bens de infraestrutura já existente, além da dificuldade de bases confiáveis para mensuração, a ideia inicial é começar

a reconhecer os bens de infraestrutura no momento do seu desenvolvimento. Para o módulo Obras em Andamento estão previstas integrações com o portal Obras Abertas.

Item 11 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias etc.)

A PMSP, a Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A.- Spcine, a São Paulo Turismo - SPTURIS, a São Paulo Urbanismo - SPUrbanismo, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP e a Câmara Municipal de São Paulo - CMSP reconhecem as obrigações por competência, decorrentes de benefícios aos empregados. As demais entidades, no entanto, ainda não adotaram tal procedimento.

Item 13 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência

Foi desenvolvida no sistema SOF uma funcionalidade denominada “Obrigações por Competência” para registro das despesas cujo fato gerador tenha ocorrido, independente da execução orçamentária. A sua operacionalização iniciou-se no segundo semestre de 2019, com os registros, pelas unidades orçamentárias, dos passivos com despesas de exercícios anteriores que, por falta de cobertura orçamentária ou cancelamento de empenhos, não se encontravam registrados no sistema SOF. A plena implementação da funcionalidade para todas as movimentações orçamentárias depende de profundas alterações estruturais no sistema e nas rotinas das unidades orçamentárias.

Portanto, para a adaptação da referida ferramenta, fez-se necessária a parametrização dos lançamentos contábeis por meio da tabela de integração de eventos, especificamente com a criação do evento 13, denominado de “compromissos a pagar”. A parametrização dos lançamentos contábeis e a consequente implementação de obrigatoriedade dos elementos/itens de despesa na ferramenta “compromissos a pagar” está ocorrendo de forma escalonada por elemento/item de despesa, conforme cronograma instituído, com término previsto para abril de 2024, em razão de características distintas para o reconhecimento do fato gerador, para a verificação de divergências nos lançamentos e contemplação progressiva dos demais elementos/itens de despesa. Atualmente faltam apenas dois elementos de despesas para serem inseridos na ferramenta obrigações por competência/compromissos a pagar, a saber: 71 - Principal da Dívida Contratual resgatado e 85 - Contrato de Gestão, devido à necessidade de estudos mais aprofundados nos impactos dos registros contábeis.

Para orientação às Unidades Orçamentárias, foi publicada a Portaria SF nº 274, de 06 de outubro de 2021 e elaborado o Manual Cadastro de Obrigações por Competência, disponível no link a seguir e publicação:

Os principais saldos contábeis dos passivos permanentes relativos aos registros de obrigações com fornecedores por competência seguem abaixo:

em R\$				
Conta Contábil	Descrição	Saldo em 2023	Saldo em 2022	Variação %
2.1.3.1.1.01.01.02.000.000.000.000.000	Fornecedores não Parcelados a Pagar (P)	742.305.635,31	459.378.367,61	61,6%
2.1.3.1.1.03.01.02.000.000.000.000.000	Contas não Parceladas a pagar (P)	201.811.362,23	97.010.434,70	108,0%
2.1.8.9.1.01.02.02.000.000.000.000.000	Indenizações e Restituições Diversas (P)	192.792.240,55	191.325.346,28	0,8%
2.1.8.6.1.02.02.00.000.000.000.000.000	Obrigações Decorrentes da Contraprestação de Serviços em Contratos de PPP (P)	101.515.226,54	101.515.226,54	0,0%
2.1.8.9.2.01.06.00.000.000.000.000.000	Indenizações e Restituições - Doação de Órgãos (P)	24.479.276,14	19.314.030,28	26,7%
2.1.3.1.2.01.02.00.000.000.000.000.000	Fornecedores não Financiados a Pagar (P)	35.584.909,31	32.407.405,45	9,8%
2.1.1.1.1.06.06.00.000.000.000.000.000	Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (P)	256.070,07	2.702.783,75	-90,5%
2.1.3.1.1.10.13.00.000.000.000.000.000	Bloqueios Judiciais (P)	3.007.816,79	31.224,72	9532,8%
2.1.1.4.3.98.01.00.000.000.000.000.000	Outros Encargos Sociais (P)	49,64	49,64	0,0%
2.1.1.2.1.01.02.00.000.000.000.000.000	Benefícios Previdenciários a Pagar (P)	148.410,09	25.045,34	492,6%
2.1.8.9.1.12.02.02.000.000.000.000.000	Certificado de Incentivo ao Desenvolvimento - Construção de Estádio na Zona Leste SP (P)	152.124.600,00	145.411.500,00	4,6%
2.1.1.4.2.01.11.00.000.000.000.000.000	Contribuição Previdenciária - FUNPREV - Pessoal Ativo (P)	344.267,63	210.076,43	63,9%
2.1.1.4.2.01.13.00.000.000.000.000.000	Contribuição Previdenciária - FUNFIN - Pessoal Ativo (P)	8.478.952,92	3.882.543,77	118,4%
Total		1.462.848.817,22	1.053.214.034,51	38,9%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As movimentações ocorridas no exercício de 2023, relativas aos registros das obrigações com fornecedores por competência, podem ter a sua contrapartida registrada em: (I) Ajuste de exercícios Anteriores – AJEA para despesas ocorridas em anos anteriores, (II) Despesas do Exercício ou porventura em (III) conta de Ativo. Em 2022, foram implementados quase a totalidade dos elementos de despesa na ferramenta – obrigações por competência/ compromissos a pagar, portanto, praticamente todas as despesas do exercício tiveram origem neste registro orçamentário. Por ora, detalhamos os valores de origem do evento 13- obrigações por competência na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores:

- **Ajuste de Exercícios Anteriores:** totalizaram o montante de R\$ 2,28 bilhões (devedor). Os registros de AJEA de origem relacionadas ao evento 13 (obrigações por competência) tiveram como destaque a PMSP com movimentação líquida em 2023 de R\$ 2,29 bilhões (devedor) e a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB-SP com movimentação líquida em 2023 de R\$ 7,62 milhões (devedor).

Item 15 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação de *softwares*, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável

No dia 21/01/2021 foi decidido pelo Comitê de projetos da SF a aquisição de um novo sistema que gerenciará e controlará os bens móveis e intangíveis do Município de São Paulo, sendo assim, o SBPM não será mais customizado para atender a este registro.

No exercício de 2022, novas tratativas para projeto foram adotadas e pesquisas de mercado realizadas, na intenção de adquirir uma solução de mercado que atendesse às novas expectativas alinhadas internamente com o Gabinete da Secretaria Municipal da Fazenda, e, em 2023, por entendimento alcançado pelo gabinete desta Secretaria, com o auxílio da área técnica da Coordenadoria de Tecnologia – COTEC, resolveu-se que seria mais vantajoso o

desenvolvimento de um novo sistema, pela empresa contratada pela Coordenadoria de Tecnologia - COTEC, desta Pasta. Sendo assim, a partir de setembro de 2023 a Divisão de Controles Contábeis – DICOC e a COTEC começaram a desenvolver um documento de visão de negócio para encaminhar à área gestora da fábrica de software para mensurar os custos com o desenvolvimento do sistema. Como o sistema ainda está em fase de planejamento, não houve nenhuma alteração no registro de intangível até o momento.

Portanto, permanecem registradas e não amortizadas as 390 licenças que estão em uso pela Secretaria Municipal da Fazenda, conforme processo SEI nº 6017.2021/0068544-5.

Item 17 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.

Atualmente, estão registrados no grupo de Investimentos as Participações Permanentes segregadas em: i) participações avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), correspondentes às empresas COHAB-SP, Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo – PRODAM, Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA, São Paulo Parcerias – SP Parcerias, SPTuris, SPUrbanismo, SPCine, Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, São Paulo Transporte – SPTrans e São Paulo Obras – SPObras e ii) participações avaliadas pelo Método de Custo com destaque para a conta de “Ações Ordinárias do Metrô – Disponíveis”. Maiores informações sobre o item encontram-se detalhadas na Nota Explicativa nº 9 – Investimentos, do Balanço Patrimonial.

2.5 Balanço Orçamentário

Nota 1 – Lei Orçamentária Anual - LOA

Em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964, com a Lei Complementar nº 101/2000 e alterações que estabelecem normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, o orçamento da Prefeitura do Município de São Paulo, aprovado para o exercício de 2023, por meio da Lei Municipal nº 17.876, de 29 de dezembro de 2022, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 95,9 bilhões. O referido orçamento compreende o Orçamento Fiscal Consolidado referentes aos Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

Nota 2 – Reestimativa da Receita

No exercício de 2023 ocorreram reestimativas de receitas no montante de R\$ 5,2 bilhões, resultando em uma Previsão Atualizada da Receita Consolidada de R\$ 101,1 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

Previsão Inicial (LOA)			Reestimativas de Receita		Previsão Atualizada
Receitas Correntes	R\$ 90.458.541.827		R\$ 4.959.477.676		R\$ 95.418.019.503
Receitas de Capital	R\$ 5.422.269.476	+	R\$ 216.548.097	=	R\$ 5.638.817.573
Total	R\$ 95.880.811.303		R\$ 5.176.025.773		R\$ 101.056.837.076

As reestimativas de receitas ocorridas no exercício de 2023 seguem detalhadas no quadro a seguir, sendo que a Administração Direta totalizou R\$ 3,6 bilhões e a Administração Indireta totalizou R\$ 1,6 bilhão:

					em R\$	
Categoria	Origem	Descrição	Reestimativas de Receita	% s/ Total		
	Corrente	Receita Tributária	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	880.286.884,33	17,0%	
	Corrente	Receita Tributária	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	12.603.313,78	0,2%	
	Corrente	Receita Tributária	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	75.184,18	0,0%	
	Corrente	Receita Tributária	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENT.	2.820,21	0,0%	
	Corrente	Receita Patrimonial	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	16.122,82	0,0%	
	Corrente	Receita Patrimonial	CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO D	14.635.141,95	0,3%	
	Corrente	Receita Patrimonial	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	2.832.865,51	0,1%	
	Corrente	Receita Patrimonial	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	1.840.280.199,01	35,6%	
	Corrente	Receita Patrimonial	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	49.102.204,50	0,9%	
	Corrente	Receita Patrimonial	DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁ	11.405.972,57	0,2%	
	Corrente	Receita Patrimonial	OUTRAS DELEGAÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS	75.986.867,40	1,5%	
	Corrente	Receita Patrimonial	DIREITO DE USO DA IMAGEM E DE REPRODUÇÃO DOS BENS DO ACERVO PAT	2.629.596,58	0,1%	
	Corrente	Receita de Serviços	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	34.722.988,22	0,7%	
	Corrente	Receita de Serviços	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	97.718,74	0,0%	
	Corrente	Transferências Correntes	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REP,	49.843.200,00	1,0%	
	Corrente	Transferências Correntes	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA S	13.477.431,31	0,3%	
	Corrente	Transferências Correntes	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADE	87.032.582,86	1,7%	
	Corrente	Transferências Correntes	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE	100.000,00	0,0%	
	Corrente	Transferências Correntes	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	144.332.831,30	2,8%	
	Corrente	Outras Receitas Correntes	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	143.007.821,59	2,8%	
	Capital	Transferências de Capital	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	429.932,00	0,0%	
	Capital	Transferências de Capital	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAM	41.746.101,74	0,8%	
	Capital	Transferências de Capital	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS	1.000.000,00	0,0%	
	Capital	Outras Receitas de Capital	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	167.320.887,93	3,2%	
	Corrente - Intra	Outras Receitas Correntes Intra	RESSARCIMENTO DE CUSTOS	650.985,23	0,0%	
	Capital - Intra	Outras Receitas de Capital Intra	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	483.262,25	0,0%	
	Corrente	Contribuições	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL	44.168.821,00	0,9%	
	Corrente	Receita Patrimonial	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	91.745,00	0,0%	
	Corrente	Receita Patrimonial	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SC	31.044.690,00	0,6%	
	Corrente	Receita Patrimonial	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	6.627.871,64	0,1%	
	Corrente	Receita de Serviços	RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS	1.410,00	0,0%	
	Corrente	Outras Receitas Correntes	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.194.915,42	0,1%	
	Capital	Alienação de Bens	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.503.323,38	0,1%	
	Capital	Amortização de Empréstimos	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS	64.590,00	0,0%	
	Corrente - Intra	Contribuições Intra	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL	301.213.936,63	5,8%	
	Corrente - Intra	Receita de Serviços Intra	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	237.880.428,94	4,6%	
	Corrente - Intra	Outras Receitas Correntes Intra	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS I	969.131.125,06	18,7%	
				5.176.025.773,08	100,0%	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 3 – Utilização do Superavit Financeiro

No exercício de 2023, observa-se a abertura de créditos adicionais por Superavit Financeiro no montante de R\$ 12,0 bilhões, que representou um acréscimo de 12,5% nas dotações iniciais previstas na LOA. Segregando estes tipos de créditos por empresa, observa-se que a

Administração Direta totalizou R\$ 10,9 bilhões e a Administração Indireta totalizou R\$ 1,1 bilhão, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro
Administração Direta	R\$ 10.914.069.424
Prefeitura do Município de São Paulo	R\$ 10.914.069.424
Administração Indireta	R\$ 1.116.924.742
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	R\$ 28.592.955
Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura	R\$ 9.653.721
Fundo Municipal de Habitação	R\$ 382.163
Fundo Financeiro	R\$ 94.432.259
Fundo Previdenciário	R\$ 771.649.742
Hospital do Servidor Público Municipal	R\$ 78.083.097
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	R\$ 470.767
São Paulo Turismo	R\$ 63.340.781
São Paulo Urbanismo	R\$ 6.496.525
Serviço Funerário do Município de São Paulo	R\$ 63.705.504
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	R\$ 117.228
Total	R\$ 12.030.994.167

Nota 4 – Detalhamento das Despesas Executadas por Tipos de Crédito

Na execução da despesa orçamentária do exercício de 2023, observa-se um acréscimo de R\$ 17,2 bilhões na comparação da Dotação Inicial da despesa fixada na LOA (R\$ 95,9 bilhões) com a Dotação Atualizada (R\$ 113,1 bilhões). Este acréscimo decorre do confronto da Redução X Suplementação Orçamentária no montante de R\$ 17,5 bilhões, da Abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro no valor de R\$ 12,0 bilhões e da Abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação no montante de R\$ 5,2 bilhões.

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Redução Orçamentária ⁽¹⁾	Suplementação Orçamentária ⁽¹⁾	Dotação Atualizada
Despesas Correntes	R\$ 83.387.715.517	-R\$ 10.494.591.834	R\$ 21.129.247.344	R\$ 94.022.371.027
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 34.833.689.626	-R\$ 3.357.268.148	R\$ 5.734.853.194	R\$ 37.211.274.672
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 756.605.758	-R\$ 655.246.633	R\$ 16.275.000	R\$ 117.634.125
Outras Despesas Correntes	R\$ 47.797.420.133	-R\$ 6.482.077.053	R\$ 15.378.119.149	R\$ 56.693.462.229
Despesas de Capital	R\$ 12.493.094.786	-R\$ 7.037.034.258	R\$ 13.609.399.692	R\$ 19.065.460.220
Investimentos	R\$ 11.103.526.868	-R\$ 5.979.348.406	R\$ 13.045.483.159	R\$ 18.169.661.621
Inversões Financeiras	R\$ 268.009.000	-R\$ 319.011.464	R\$ 71.670.559	R\$ 20.668.095
Amortização da Dívida	R\$ 1.121.558.918	-R\$ 738.674.388	R\$ 492.245.974	R\$ 875.130.504
Reserva de Contingência	R\$ 1.000	-R\$ 1.000	R\$ -	R\$ -
Total	R\$ 95.880.811.303	-R\$ 17.531.627.093	R\$ 34.738.647.036	R\$ 113.087.831.247

Nota:

(1) Os valores apresentados foram obtidos no Sistema SOF, por meio dos saldos de 2023 das contas contábeis do grupo 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito, porém na comparação com o relatório de SF/SUPOM dos créditos adicionais abertos, observam-se divergências de valores no montante de R\$ 118.097.173,96. As diferenças encontram-se nos Decretos nº 62.226, de 20 de março de 2023 (montante de R\$ 8.928.841,11), Decreto nº 62.240, de 23 de março de 2023 (montante de R\$ 58.143.330,00) e Decreto nº 62.980, de 27 de novembro de 2023 (montante de R\$ 51.025.002,85), cujas regularizações foram realizadas no Diário Oficial, porém, em virtude de limitações sistêmicas e escassez temporal, não foi possível regularizá-las na contabilidade. Os valores relativos às Aberturas de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro estão consistentes na comparação das contas contábeis do SOF com o relatório de SF/SUPOM e ambas totalizaram R\$ 12.030.994.166,50.

No detalhamento da execução por Grupo de Natureza da Despesa, observa-se uma economia orçamentária de R\$ 6,3 bilhões na comparação da Dotação Atualizada com as Despesas Empenhadas, representando um percentual de execução de 94,5%.

Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Saldo	% de Execução
Despesas Correntes	R\$ 94.022.371.027	R\$ 91.885.696.003	R\$ 2.136.675.024	97,7%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 37.211.274.672	R\$ 36.386.281.188	R\$ 824.993.484	97,8%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 117.634.125	R\$ 109.254.014	R\$ 8.380.112	92,9%
Outras Despesas Correntes	R\$ 56.693.462.229	R\$ 55.390.160.802	R\$ 1.303.301.427	97,7%
Despesas de Capital	R\$ 19.065.460.220	R\$ 14.943.517.738	R\$ 4.121.942.482	78,4%
Investimentos	R\$ 18.169.661.621	R\$ 14.189.222.886	R\$ 3.980.438.736	78,1%
Inversões Financeiras	R\$ 20.668.095	R\$ 20.211.392	R\$ 456.702	97,8%
Amortização da Dívida	R\$ 875.130.504	R\$ 734.083.460	R\$ 141.047.044	83,9%
Total	R\$ 113.087.831.247	R\$ 106.829.213.741	R\$ 6.258.617.506	94,5%

Nota 5 – Deficit Orçamentário

Na execução orçamentária consolidada de 2023, as Receitas Arrecadadas alcançaram o montante de R\$ 100,5 bilhões e as Despesas Empenhadas totalizaram R\$ 106,8 bilhões. O confronto das Receitas Realizadas com as Despesas Empenhadas resultou em um Deficit Orçamentário de R\$ 6,4 bilhões.

Analisando detalhadamente o resultado orçamentário apurado, verifica-se que a Administração Direta apresentou resultado deficitário de R\$ 3,9 bilhões e a Administração Indireta apresentou um resultado deficitário de R\$ 2,4 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

em R\$			
Execução Orçamentária	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado 2023
Receitas Realizadas	85.657.581.902,30	14.812.006.409,71	100.469.588.312,01
Receitas Correntes	82.704.288.890,84	14.421.171.226,42	97.125.460.117,26
Receitas de Capital	2.953.293.011,46	390.835.183,29	3.344.128.194,75
Despesas Empenhadas	89.592.229.980,06	17.236.983.760,84	106.829.213.740,90
Despesas Correntes	75.472.897.580,94	16.412.798.422,02	91.885.696.002,96
Despesas de Capital	14.119.332.399,12	824.185.338,82	14.943.517.737,94
(=) Deficit Orçamentário	(3.934.648.077,76)	(2.424.977.351,13)	(6.359.625.428,89)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Segregando o resultado orçamentário por empresa, destacam-se os deficits de R\$ 2,8 bilhões na PMSP e o deficit de R\$ 1,6 bilhão no FMLU, detalhado a seguir:

em R\$			
Empresa	Receitas Arrecadadas	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário
Administração Direta	85.657.581.902,30	89.592.229.980,06	(3.934.648.077,76)
Prefeitura do Município de São Paulo	85.647.940.027,80	88.419.985.698,80	(2.772.045.671,00)
Câmara Municipal de São Paulo	221.268,12	782.623.703,13	(782.402.435,01)
Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	7.977.319,10	353.443,68	7.623.875,42
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	-	389.101.993,95	(389.101.993,95)
Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas	1.443.287,28	165.140,50	1.278.146,78
Administração Indireta	14.812.006.409,71	17.236.983.760,84	(2.424.977.351,13)
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo	253.928,13	38.036.558,00	(37.782.629,87)
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	35.404,87	-	35.404,87
Cinema e Audiovisual de São Paulo	17.463.493,63	17.377.073,16	86.420,47
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	501.734.739,05	200.119.560,53	301.615.178,52
Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura	22.287.036,54	34.467.082,29	(12.180.045,75)
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	79.279,74	152.295.025,78	(152.215.746,04)
Fundo Financeiro - FUNFIN	6.669.636.374,23	6.515.515.617,87	154.120.756,36
Fundo Previdenciário - FUNPREV	6.614.280.653,74	6.343.472.913,36	270.807.740,38
Fundo Municipal de Habitação	37.028.144,03	773.869.356,32	(736.841.212,29)
Fundo Municipal de Limpeza Urbana	263.809.048,49	1.868.862.378,00	(1.605.053.329,51)
Hospital do Servidor Público Municipal	22.104.144,03	475.132.416,95	(453.028.272,92)
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	6.343.665,69	87.772.978,66	(81.429.312,97)
São Paulo Turismo	570.653.528,86	580.550.625,46	(9.897.096,60)
São Paulo Urbanismo	45.745.717,35	51.069.742,18	(5.324.024,83)
Serviço Funerário do Município de São Paulo	40.551.251,33	98.442.432,28	(57.891.180,95)
(=) Superavit / Deficit Orçamentário Consolidado	100.469.588.312,01	106.829.213.740,90	(6.359.625.428,89)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 6 – Receitas e Despesas Intraorçamentárias

As Receitas Intraorçamentárias são classificadas nas categorias 7.0. Receitas Correntes e 8.0. Receitas de Capital. Em 2023, as Receitas Intraorçamentárias arrecadadas alcançaram o montante de R\$ 10,7 bilhões, conforme demonstração a seguir:

em R\$		
Receitas Intraorçamentárias	Arrecadadas em 2023	% s/ Total
Receitas Correntes	10.624.855.622,18	99,5%
Receita Tributária	490.438,23	0,0%
Receita de Contribuições	5.147.285.648,80	48,2%
Receita Patrimonial	2.123.917,54	0,0%
Receita de Serviços	634.006.106,44	5,9%
Transferências Correntes	20.042.459,20	0,2%
Outras Receitas Correntes	4.820.907.051,97	45,2%
Receitas de Capital	50.809.137,43	0,5%
Alienação de Bens	9.441.091,00	0,1%
Outras Receitas de Capital	41.368.046,43	0,4%
Total	10.675.664.759,61	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As Despesas Intraorçamentárias são classificadas na modalidade 91 e, no exercício de 2023, apresentaram um total pago de R\$ 10,7 bilhões, contendo R\$ 10,4 bilhões da execução orçamentária do exercício e R\$ 0,3 bilhão de Restos a Pagar inscritos em exercício anteriores e pagos em 2023.

	em R\$	
Despesas Intraorçamentárias	Pagas em 2023	% s/ Total
Despesas Modalidade 91 - Execução Orçamentária 2023	10.412.321.711,30	97,2%
Despesas Correntes	10.352.373.532,58	96,7%
Pessoal e Encargos Sociais	5.218.165.348,72	48,7%
Outras Despesas Correntes	5.134.208.183,86	47,9%
Despesas de Capital	59.948.178,72	0,6%
Investimentos	59.948.178,72	0,6%
Despesas Modalidade 91 - Restos a Pagar Ex. Anteriores - pagos em 2023	295.384.803,38	2,8%
Despesas Correntes	291.032.185,54	2,7%
Pessoal e Encargos Sociais	10.394.073,62	0,1%
Outras Despesas Correntes	280.638.111,92	2,6%
Despesas de Capital	4.352.617,84	0,0%
Investimentos	4.352.617,84	0,0%
Total	10.707.706.514,68	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na comparação das Receitas Intraorçamentárias com as Despesas Intraorçamentárias observa-se uma pequena diferença de R\$ 32,0 milhões, no entanto, o equilíbrio nas operações intraorçamentárias manteve-se em 99,7%.

Nota 7 – Restos a Pagar não Processados Liquidados

Para o controle dos Restos a Pagar não Processados Liquidados, a Prefeitura de São Paulo adota o procedimento de mantê-los neste status, não transferindo o saldo para o status de “processados”.

Nota 8 – Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (RAEA)

No exercício de 2023 não houve a previsão na LOA para Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores – RAEA.

Nota 9 – Conciliação do Resultado Orçamentário com os Fluxos de Caixa Líquidos

A conciliação do Resultado Orçamentário com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, é obtida por meio da adição e subtração de valores que afetaram o resultado orçamentário sem influenciarem na geração líquida de caixa ou de valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa:

em R\$	
Conciliação do Resultado Orçamentário x Fluxos de Caixa Líquidos	Exercício 2023
Resultado Orçamentário	(6.359.625.428,89)
(+) Restos a Pagar Processados inscritos no período (despesas liquidadas - despesas pagas)	1.376.786.852,11
(+) Restos a Pagar Não Processados inscritos no período (despesas empenhadas - despesas liquidadas)	8.531.675.113,12
(-) Restos a Pagar Processados pagos no período (inscritos em exercícios anteriores)	(401.971.507,41)
(-) Restos a Pagar Não Processados pagos no período (inscritos em exercícios anteriores)	(6.527.662.463,65)
(+) Outros Ingressos Operacionais (extraído da DFC)	53.728.806.950,49
(-) Outros Desembolsos Operacionais (extraído da DFC)	(51.681.846.930,06)
Fluxos de Caixa Líquidos (DFC)	(1.333.837.414,29)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

em R\$	
Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC	Exercício 2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	8.257.352.418,94
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(10.817.430.444,99)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	1.226.240.611,76
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	(1.333.837.414,29)

2.6 Balanço Patrimonial

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Neste subgrupo destacam-se as Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata, no valor de R\$ 27,94 bilhões, representando 92,7% do valor total. As aplicações são realizadas em instituições financeiras oficiais, conforme políticas estabelecidas na Portaria SF nº 87/2012.

Nota 2 – Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a Curto Prazo são mensurados ou avaliados pelo valor original e diminuíram 1,3% em 2023, se comparados ao ano anterior e representam 7,2% do total do Ativo e 34,9% do total do Ativo Circulante. A composição dos Créditos de Curto Prazo é demonstrada na tabela a seguir, cuja conta Clientes apresenta montante líquido, descontado o Ajuste para Perdas:

em R\$				
Créditos a Curto Prazo	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação %	% s/ Total
Clientes *	200.089.866,62	196.136.540,03	2,0%	1,2%
Créditos de Transferências a Receber	-	9.492.243,81	-100,0%	0,0%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	82.577,09	40.448,56	104,2%	0,0%
Dívida Ativa Tributária	1.175.997.501,83	1.128.022.369,08	4,3%	7,0%
Dívida Ativa Não Tributária	38.170.532,76	35.568.809,41	7,3%	0,2%
Adiantamentos Concedidos	7.447.229,99	5.058.653,82	47,2%	0,0%
Tributos a Recuperar/Compensar	150.988.390,77	52.110.587,87	189,7%	0,9%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.632.272.986,83	7.296.591.621,56	-22,8%	33,3%
Créditos Previdenciários a Receber	4.288.528.213,04	7.147.684,05	59898,8%	25,4%
Outras Contribuições Previdenciárias a Receber	-	1.063,80	-100,0%	0,0%
Outros Créditos a Receber	5.401.170.642,06	8.383.752.315,75	-35,6%	32,0%
Total	16.894.747.940,99	17.113.922.337,74	-1,3%	100,0%

* Valor Líquido (descontado o Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados: no grupo Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, que representa aproximadamente 33,3% dos Créditos a Receber, destacamos as seguintes composições:

I – Fundo de Reserva dos Depósitos Judiciais – corresponde aos 30% (trinta por cento) dos valores depositados em juízo, conforme Lei Complementar nº 151/2015;

II – Conta Especial de Precatórios - corresponde aos valores de contas especiais mantidas no Banco do Brasil, por meio das quais são realizados os pagamentos de precatórios sob responsabilidade legal do TJSP.

Pelo regime especial, os entes que se encontravam em mora na quitação de precatórios vencidos na data da Emenda Complementar nº 62/2009, devem centralizar os pagamentos dos precatórios nos Tribunais de Justiça locais.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo: o grupo Outros Créditos a Receber representa 32,0% do total de Créditos a Receber a Curto Prazo e corresponde, em sua maioria, a créditos decorrentes de infrações legais e contratuais, especificamente multas por infração de trânsito, controladas pelo Sistema de Administração de Penalidades Aplicadas a Infrações de Trânsito – APAIT e gerenciadas pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – SMT.

Cabe salientar que a diminuição do valor do crédito a receber decorrente de infrações legais (multas de trânsito) foi motivado pelo cancelamento, por parte da CET, de um milhão de multas por Não Indicação de Condutor por orientação de PGM/JUD (documento SEI nº 09672385).

	em R\$			
Outros Créditos a Receber a Curto Prazo	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação %	% s/ Total
Débitos de Servidores Municipais	51.333.452,74	44.545.119,62	15,2%	1,0%
Débitos Pagos a Regularizar	4.001.894,71	132.629.341,16	-97,0%	0,1%
Demais Créditos a Receber	286.585.716,58	154.596.915,85	85,4%	5,3%
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais	5.059.249.578,03	8.051.980.939,12	-37,2%	93,7%
Total	5.401.170.642,06	8.383.752.315,75	-35,6%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Clientes: este grupo apresenta o montante de R\$ 200,09 milhões e representa 1,2% do total dos Créditos a Receber, o qual corresponde, em sua grande maioria, às prestações a receber de financiamentos habitacionais registrados na COHAB e no FMH. O saldo de Clientes já se encontra deduzido do valor R\$ 5,14 milhões, referente ao ajuste para perdas.

Créditos de Transferências a Receber: em 2022, neste grupo foram registrados recursos do Tesouro Municipal no montante de R\$ 9,49 milhões, utilizados a título de adiantamento, para o pagamento de despesas realizadas com empreendimentos previstos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com a expectativa de serem ressarcidos pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo.

No exercício de 2023, devido a evidências de não haver expectativa de reembolso dos adiantamentos destes recursos, foi realizada a baixa do valor constante no grupo créditos de transferências a receber. (Detalhado no Processo SEI nº 6017.2019/0035952-8).

em R\$					
Empreendimentos¹ - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	Saldo em 2022	Adiantamento	Ressarcimento	Baixa	Saldo em 2023
Córrego Aricanduva	-	705.811	(705.811)	-	-
Córrego Paciência	9.492.244		(9.492.244)	-	-
Hospital de Parelheiros (PAC Mananciais)	-			-	-
Total	9.492.244	705.811	(10.198.055)	-	-

Fonte: Planilha de acompanhamento de recursos de Convênios - SF/SUTEM/DEDIP/DIGEC

Nota 1: O empreendimento Hospital de Parelheiros é financiado com recursos do PAC, por meio do Termo de Repasse em que o Governo do Estado de São Paulo figura como contratado e o Município, como interveniente executor; nos demais empreendimentos, os Termos de Compromissos são firmados entre o Governo Federal e o Município.

Nota 3 – Estoques

Compreendem os valores dos bens adquiridos pelo Município com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. O saldo de Estoques em 2023 é de R\$ 1,42 bilhão e representa 2,9% total do Ativo Circulante. O grupo Estoques no curto prazo representa bens de consumo/almojarifado que correspondem a materiais utilizados na manutenção dos serviços do Município, com destaque para a conta medicamentos e materiais hospitalares (29,5%) e materiais a classificar (59,2%).

em R\$				
Estoques - Curto Prazo	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação %	% s/ Total
Material de Consumo	41.449.561,19	35.466.001,26	16,9%	2,9%
Gêneros Alimentícios	92.708.603,88	99.793.011,17	-7,1%	6,5%
Materiais de Construção	16.825.284,54	13.309.767,53	26,4%	1,2%
Autopeças	833.022,77	1.114.872,06	-25,3%	0,1%
Medicamentos e Materiais Hospitalares	419.176.900,99	305.094.656,20	37,4%	29,5%
Materiais Gráficos	117.298,71	137.058,51	-14,4%	0,0%
Material de Expediente	8.404.247,79	8.558.019,45	-1,8%	0,6%
Produtos Funerários	-	10.704.849,40	-100,0%	0,0%
Materiais a Classificar	840.153.579,46	193.451.649,59	334,3%	59,2%
Total	1.419.668.499,33	667.629.885,17	112,6%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 4 – Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD Pagas Antecipadamente

Compreendem os pagamentos antecipados de Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Município ocorrerão no curto prazo. O montante deste grupo é de R\$ 5,39 milhões e representa menos de 0,01% do total do Ativo Circulante.

Nota 5 – Créditos a Longo Prazo

Compreende os valores a receber realizáveis no longo prazo e são mensurados ou avaliados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. As contas Clientes,

Empréstimos e Financiamentos Concedidos e Dívida Ativa apresentam-se com montante líquido, descontado o Ajuste para Perdas.

Os Créditos a Longo Prazo aumentaram 103,2% em 2023, se comparados ao ano anterior e, representam 64,7% do total do Ativo e 81,5% do total do Ativo Não Circulante. A composição dos Créditos de Longo Prazo é demonstrada na tabela a seguir:

Créditos a Longo Prazo	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação %	em R\$	
				s/ Total	%
Clientes *	189.905.328,17	184.769.408,49	2,8%		0,1%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos *	106.768.666,08	57.184.294,32	86,7%		0,1%
Dívida Ativa Tributária *	65.601.635.274,12	57.957.941.201,80	13,2%		43,0%
Dívida Ativa Não Tributária *	17.271.188.543,18	15.181.949.955,32	13,8%		11,3%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	2.143.392.050,10	1.192.168.547,67	79,8%		1,4%
Créditos Previdenciários do RPPS	13.494.488,06	12.698.231,67	6,3%		0,0%
Créditos Amortiz. Deficit Atuarial - INTRA OFSS	66.628.914.046,97	-	0,0%		43,7%
Créditos a Longo Prazo Intra OFSS	534.346.431,19	454.970.245,48	17,4%		0,4%
Créditos a Longo Prazo Inter OFSS- União	574.560,03	521.228,86	10,2%		0,0%
Total	152.490.219.387,90	75.042.203.113,61	103,2%		100,0%

* Valores Líquidos (descontados os ajustes de perdas)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Dívida Ativa: os grupos Dívida Ativa Tributária e Dívida Ativa Não Tributária, descontados os ajustes para perdas, representam, respectivamente, 43,0% e 11,3% do total do grupo, ou seja, ambos equivalem a 54,3% do total de Créditos a Receber a Longo Prazo.

Desde 2018, a PMSP adota nova metodologia de apuração do ajuste da Dívida Ativa a valor recuperável, resultado de estudo elaborado pelo Grupo Técnico – GT, instituído pela Portaria Conjunta SF/PGM nº 9/2017. A revisão da metodologia anterior, que foi utilizada até 2017, decorreu da busca contínua pela real mensuração da expectativa de recebimento dos créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme preceituam as boas práticas contábeis.

O valor do ajuste mensal adotado pela PMSP é baseado em cálculo aplicado por meio do Modelo Probabilístico de Regressão Logística – MRL que, levando em consideração as características do processo, é capaz de estimar com segurança estatística a probabilidade de êxito da cobrança. O MRL permite que se obtenha para cada inscrição a sua probabilidade de recuperação, considerando suas características (idade do crédito, perfil do contribuinte, tipo do crédito, etc.) como variáveis explicativas, ou seja, dado o perfil da inscrição, pode-se estimar qual a probabilidade (entre 0 e 100%) de que esse crédito seja pago.

Posteriormente, foi publicada a Portaria Conjunta PGM/SF nº 02, de 24 de junho de 2022, atualizada pelas Portarias PGM/SF nº 03, de 24 de outubro de 2022 e PGM/SF nº 02, de 16 de novembro de 2023, conforme processo SEI nº 6017.2022/0005612-1, para formalização de ato designando servidores da Procuradoria Geral do Município e da Divisão de Contabilidade

para compor grupo de estudos destinado a propor metodologia para qualificação dos créditos do Município inscritos em dívida ativa, de acordo com a sua real expectativa de geração de benefícios econômicos, resultando no reconhecimento contábil apenas da parcela que atenda aos critérios definidos na NBC TSP Estrutura Conceitual, bem como uma nova proposta de ajustes para perdas sobre a referida parcela, com objetivo de realizar estudos relacionados ao cálculo do provisionamento da dívida ativa, de forma a equacionar os seguintes pontos:

- i) Qualificação dos débitos inscritos em dívida ativa que atendam aos requisitos da NBCTSP (estrutura conceitual), com eventual desreconhecimento;
- ii) Indicação de tratamento a ser dado aos parcelamentos inscritos em Dívida Ativa;
- iii) Reestudo dos cálculos relacionados ao ajuste estimativo para perdas da Dívida Ativa; e
- iv) Aprimoramento dos quadros contábeis para permitir controle e classificação dos diversos eventos.

Na tabela abaixo é possível visualizar as variações da Dívida Ativa Tributária e não Tributária em termos monetários e percentuais entre os exercícios de 2022 e 2023:

	em R\$			
Dívida Ativa	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Tributária	65.601.635.274,12	57.957.941.201,80	13,2%	79,2%
Dívida Ativa Bruta	184.433.564.882,46	162.914.048.406,77	13,2%	222,6%
(-) Ajuste de Perdas	(118.831.929.608,34)	(104.956.107.204,97)	13,2%	-143,4%
Não Tributária	17.271.188.543,18	15.181.949.955,32	13,8%	20,8%
Dívida Ativa Bruta	21.640.592.648,72	18.890.435.788,24	14,6%	26,1%
(-) Ajuste de Perdas	(4.369.404.105,54)	(3.708.485.832,92)	17,8%	-5,3%
Total da Dívida Ativa Líquida	82.872.823.817,30	73.139.891.157,12	13,3%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2022, houve desreconhecimento contábil extemporâneo de valores de Dívida Ativa, no montante de R\$ 2,77 bilhões por não atender aos requisitos de Ativo, em conformidade com os preceitos da NBC TSP Estrutura Conceitual, correspondente aos descontos de valores de acréscimos legais em Programas de Parcelamento, sujeitos ao cumprimento integral dos acordos, fundamentado em relatórios de Sistema de Parcelamentos SF9419, mantido em contas de controles contábeis e controles administrativos pertinentes, conforme relatório SDA – Sistema de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Município-PGM.

Em 2023, não foram realizados ajustes de Reversão de Despesa e Atos Potenciais, interrompendo temporariamente os ajustes realizados em 2021 e 2022, até que os resultados do trabalho que vem sendo realizado de Desreconhecimento de Dívida Ativa seja concluído, com previsão para o exercício de 2024, estas operações estão detalhadas em processo SEI nº 6017.2017/0041251-4.

Créditos de Amortização Déficit Atuarial Intra OFSS: referem-se ao registro dos créditos a receber trazidos a valor presente para amortização do déficit atuarial do Fundo em

Capitalização (FUNPREV), conforme Parecer Técnico Atuarial nº 01 de 18/01/2024, data focal dezembro/2023 (processo SEI nº 6310.2024/0000332-6). No Longo Prazo, estes créditos totalizaram R\$ 66,6 bilhões.

A avaliação atuarial, em conformidade com a Instrução de Procedimentos Contábeis nº 14 – Procedimentos relativos aos RPPS (revisada em 2022), evidenciou o plano de amortização do déficit atuarial do FUNPREV, que, calculado a valor presente, revela direitos do Fundo, em contrapartida da obrigação do Ente.

ATIVOS FUNPREV	DESCRIÇÃO	VALOR
	Créditos a Curto Prazo	4.268.564.333,16
1.1.3.6.2.04.00	Valor presente do IRRF (curto prazo)	3.863.053.087,85
1.1.3.6.2.05.00	Valor presente das contribuições suplementares/extraordinárias (curto prazo)	405.511.245,31
	Créditos a Longo Prazo	66.628.914.046,97
1.2.1.1.2.08.03	Valor presente do IRRF (longo prazo)	65.746.743.801,24
1.2.1.1.2.08.02	Valor presente das contribuições suplementares/extraordinárias (longo prazo)	882.170.245,73
TOTAL		70.897.478.380,13

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças.

O aporte do IRRF ao FUNPREV está fundamentado no § 15º do art. 37 do Ato das Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica do Município de São Paulo, alterado pela Emenda nº 41, de 18 de novembro de 2021, e no art. 10, inciso XIV do Decreto nº 61.151, de 18 de março de 2022.

A contribuição extraordinária do FUNPREV está fundamentada no parágrafo único do art. 34 do Ato das Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica do Município de São Paulo, alterado pela Emenda nº 41, de 18 de novembro de 2021, e no art. 20 do Decreto nº 61.151, de 18 de março de 2022.

Nota 6 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do Município, resgatáveis no longo prazo, com um montante apresentado em 2023 de R\$ 117,2 mil.

Nota 7 – Estoques a Longo Prazo

O saldo de R\$ 35,8 milhões, apresentado em 2023, equivale a 0,02% do Ativo Não Circulante e refere-se, em sua maioria, a valores de terrenos destinados às edificações da empresa COHAB.

Nota 8 – Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD Pagas Antecipadamente a Longo Prazo

Representa os repasses de contribuição patronal ao Regime de Previdência Complementar – RPC à PREVCOM, por meio do convênio de adesão ao plano de benefícios SP Previdência

(Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, nº 2019.003856), aprovado em 02/01/2020, tendo como partícipes: Administração Direta do Município de São Paulo e a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo –SP/PREVCOM.

Nota 9 – Investimentos

Os Investimentos tiveram variação negativa de 38,4% em 2023, se comparado ao ano anterior, representando 2,0% do total do Ativo e 2,5% do total do Ativo Não Circulante.

Investimentos	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação %	em R\$
				% s/ Total
Participações Permanentes	4.089.691.721,49	2.972.733.037,08	37,6%	88,1%
Propriedades para Investimento	548.292.720,95	532.046.048,04	3,1%	11,8%
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	3.039.000,00	3.039.000,00	0,0%	0,1%
Demais Investimentos Permanentes	8.713,67	4.022.125.713,67	-100,0%	0,0%
Total	4.641.032.156,11	7.529.943.798,79	-38,4%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Participações Permanentes: compreendem as participações permanentes em outras entidades em forma de ações ou cotas e estão segregadas em Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC e Participações Avaliadas pelo Método de Custo.

Outra importante classificação referente às participações societárias é a relação de dependência, ou seja, as empresas podem ser dependentes ou independentes. Considera-se dependente a empresa que recebe recursos financeiros, em forma de subsídio, para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. Atualmente, no âmbito desta Municipalidade, a COHAB, a SPUrbanismo, SPTurismo e SPCine são consideradas Empresas Públicas Dependentes.

O critério para realização do MEP do exercício de 2023 consistiu na utilização dos balancetes das empresas controladas referente à competência outubro de 2023 (IPSAS 7- Investimentos em Coligada - item 30), excluído o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital do Patrimônio Líquido das empresas e não os incluindo como investimento na PMSP, ocasionando resultado equânime, tanto na controladora como na coligada. No próximo exercício será realizada a revisão do cálculo do Investimento pelo MEP, com base no Balanço Patrimonial da competência dezembro de 2023 das empresas investidas.

Conforme MCASP 9ª edição, as participações em empresas, em que a Administração tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo MEP. O MEP será utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

Pelo MEP, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido, conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado.

Para a controlada com Patrimônio Líquido negativo, caso da empresa CET, a atualização do valor foi contabilizada na conta Provisão para Perda em Investimentos do Passivo não Circulante, conforme o item 42 da NBC TSP nº 18 - Investimentos em Coligada e em Controlada, transcrito a seguir:

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, déficits adicionais são considerados e um passivo reconhecido, somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha realizado pagamentos em nome da coligada. Se a coligada subsequentemente reportar superávits, o investidor retorna o reconhecimento de sua participação nesses superávits somente após sua participação nesses superávits posteriores se igualarem aos déficits não reconhecidos. (NBC TSP 18).

Segue abaixo quadro do cálculo do MEP no exercício de 2023:

em R\$

	Empresa Investida	Posição em 31/12/2022 sem AFAC	Porcentagem Capital (b)	Patrimônio Líquido sem AFAC (c)	Cálculo MEP 2023 (d)=(c*b)	Invest. Realizados	Ajuste MEP 2023	Distribuição Dividendos	Ajuste Exercício Anterior	Posição em 31/12/2023 sem AFAC
MEP - Empresas com PL positivo	COHAB	1.051.461.505	99,999998%	1.741.450.683	1.741.450.647	-	726.464.530	-	(36.475.388)	1.741.450.647
	SPDA	369.568.774	99,999998%	410.577.491	410.577.481	26.223.126	41.912.616	-	(27.127.034)	410.577.481
	SP URBANISMO	237.524.705	99,531261%	256.247.011	255.045.881	-	3.728.629	-	13.792.548	255.045.881
	PRODAM	144.639.970	99,999982%	157.698.021	157.697.993	-	6.832.873	-	6.225.150	157.697.993
	SP PARCERIAS	13.352.080	99,999995%	14.947.260	14.947.260	-	1.367.689	-	227.490	14.947.260
	SPCINE	8.338.749	100,000000%	13.113.744	13.113.744	-	3.441.414	-	1.333.581	13.113.744
	SP OBRAS	(6.347.086)	99,113936%	3.675.655	3.643.086	-	(3.067.643)	-	13.057.815	3.643.086
	SP TURIS	(86.486.096)	96,736313%	31.237.301	30.217.813	-	35.717.423	-	80.986.486	30.217.814
	SP TRANS	(62.717.834)	99,965527%	341.491.411	341.373.687	-	12.114.107	-	391.977.414	341.373.687
	Total	1.669.334.767		2.970.438.577	2.968.067.593	26.223.126	828.511.638	-	443.998.063	2.968.067.593
MEP - Empresas com PL negativo	CET	(172.286.615)	99,999994%	(196.707.830)	(196.707.819)	-	47.854.636	-	(72.275.841)	(196.707.819)
	Total	(172.286.615)		(196.707.830)	(196.707.819)	-	47.854.636	-	(72.275.841)	(196.707.819)
Investimentos avaliados pelo MEP	Total	1.497.048.152		2.773.730.747	2.771.359.774	26.223.126	876.366.274	-	371.722.222	2.771.359.774

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No quadro MEP – Empresas com PL positivo, os investimentos totalizaram R\$ 2,97 bilhões (considerando o saldo final de 2022, os ajustes de exercício anterior decorrentes da atualização do cálculo do MEP do exercício de 2022 e movimentações como Investimentos). No comparativo com o saldo final de 2022 (R\$ 1,67 bilhão) observa-se que houve acréscimo de R\$ 1,3 bilhão, equivalente a 77,8% do saldo inicial (2022) de investimentos, parte devido ao valor do Patrimônio Líquido da empresa investida COHAB que teve um acréscimo no valor de R\$ 689,99 milhões e da empresa investida SPDA que teve um acréscimo no valor de R\$ 410 milhões, contribuindo para o acréscimo do investimento da Prefeitura.

O PL negativo da empresa CET constitui Provisão no Passivo da Prefeitura e no exercício de 2023 apresentou o montante de R\$ 196,71 milhões (diminuição do investimento em R\$ 24,42 milhões em relação a 2022 ajustado).

Houve integralização de capital da SPDA no montante de R\$ 26,22 milhões autorizada na Assembleia Geral e Extraordinária, realizada em 29/09/2022, no processo SEI nº 6011.2022/0002604-1, ata nº 076002549). O valor estava contabilizado em AFAC (conta de ativo) na prefeitura e foi regularizado em 2023, pois não houve tempestividade no envio das informações.

Com relação às participações avaliadas pelo Método de Custo, destacamos as Ações Ordinárias do Metrô – Disponíveis que totalizaram R\$ 1,07 bilhão em 2023 e representam 26,2% das participações permanentes.

- **Propriedades para Investimento:** Compreendem imóveis de uso não administrativo mantidos pela COHAB para auferir aluguel e/ou para valorização do capital, imóveis de uso não administrativo e terrenos da empresa SPUrbanismo e Investimentos em Produção Audiovisuais da empresa SP Cine correspondendo a um montante de R\$ 532,05 milhões em 2022 para R\$ 548,29 milhões em 2023.
- **Investimentos do RPPS de Longo Prazo:** Compreendem os investimentos realizados pelo Regime Próprio da Previdência Social, em conformidade com a legislação que trata das aplicações e investimentos dos RPPS, apresentando um montante de R\$ 3,04 milhões em 2022 e em 2023.
- **Demais Investimentos Permanentes:** Compreendem os demais direitos de qualquer natureza não classificáveis no Ativo Circulante nem no Ativo Realizável a Longo Prazo e que não se destinam à manutenção das atividades do Município.

Até o exercício de 2022, o grupo Demais Investimentos Permanentes era composto, principalmente, pelos títulos e valores das operações urbanas consorciadas. As operações urbanas que utilizam o Certificado de Potencial Adicional de Construção – CEPAC¹ são: Operação Urbana Consorciada Faria Lima, Operação Urbana Consorciada Água Espreada e Operação Consorciada Água Branca.

No caso desta municipalidade, os CEPACs são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da SPUrbanismo, utilizados como meio de pagamento de contrapartida para a outorga de Direito Urbanístico Adicional dentro do perímetro de uma Operação Urbana Consorciada. Cada CEPAC equivale a determinado valor de m² para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto.

As emissões de CEPACs são regidas pelas determinações contidas na Instrução nº 401 da CVM, que regulamenta a emissão dos títulos, as responsabilidades pelo acompanhamento das

¹ Lei nº 10.257/2001, de 10 de julho de 2001.

Operações Urbanas Consorciadas e indica a forma de exercício dos direitos assegurados pelos CEPACs.

Os CEPACs também podem ser utilizados como meio de pagamento das intervenções por meio de colocações privadas. Neste caso, o valor do CEPAC é atualizado pelo Índice Edificações em Geral, publicado mensalmente pela SF no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, tendo como base o preço realizado no último leilão.

Ao final de 2023, a operação urbana da Faria Lima permaneceu com o estoque zerado, sem novas distribuições, a operação Água Branca que iniciou o ano com o saldo de R\$ 3,5 bilhões ao final do ano teve o seu saldo zerado devido ao encerramento da 6ª distribuição, que também zerou o saldo da operação Água Espraiada, esta iniciou o ano com saldo de R\$ 512,0 milhões, conforme discriminado a baixo:

CEPAC - Contas do Ativo						em R\$
CEPAC - Operações Urbanas	Saldo em 2022	Alienação	Distribuição Encerrada	Saldo em 2023	CEPAC em Estoque	Variação %
Água Branca	3.510.117.000	-	(3.510.117.000)	-	-	-100%
CEPAC-Residencial	-	-	-	-	-	-
CEPAC-não Residencial	-	-	-	-	-	-
Faria Lima	-	-	-	-	-	-
Água Espraiada	512.000.000	-	(512.000.000)	-	-	-100%
Total	4.022.117.000	-	(4.022.117.000)	-	-	-100%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Contextualização dos eventos ocorridos nas Operações Água Branca, Água Espraiada e Faria Lima no exercício de 2023 conforme o processo SEI nº 6017.2017/0041609-9:

Em 30/04/2023 houve a desincorporação do CEPAC Água Branca no valor de R\$ 3,5 bilhões e do CEPAC Água Espraiada no valor de R\$ 512,0 milhões devido ao encerramento da 6ª distribuição ocorrida em 2022 e conforme entendimento do departamento contábil em acordo com a recomendação do TCM no processo 6017.2017/0041609-9 documento 082134645.

Em 30/06/2023 conforme o mesmo entendimento transferiu-se o saldo para contas de controle, da seguinte forma:

- CEPAC Água Branca, 2.184.000 CEPACs, ao valor unitário de R\$ 1.548,00, totalizando R\$ 3.380.832.000,00.
- CEPAC Água Espraiada, 921.900 CEPACs, ao valor unitário de R\$ 986,29, totalizando R\$ 909.265.016,39.
- CEPAC Faria Lima, 218.518 CEPACs, ao valor unitário de R\$ 4.187,65, totalizando R\$ 915.076.554,77.

Em 12/12/2023 ocorreu o 1º leilão da 2ª distribuição pública de CEPAC, da operação Urbana consorciada Água Branca, onde foram comercializados 214.152 CEPAC-R, ao preço unitário de R\$ 1.093,42, perfazendo um total de R\$ 234.158.079,84 arrecadados.

Em 31/12/2023 efetuou-se a baixa contábil de 214.152 CEPAC-R, ao custo unitário histórico de R\$ 1.548,00, totalizando uma baixa de R\$ 331.507.296,00. Por fim, o saldo final da conta foi de 1.969.848 unidades de CEPACs, ao valor unitário de R\$ 1.548,00, totalizando um saldo R\$ 3.049.324.704,00.

CEPAC - Contas de Controle						em R\$	
CEPAC - Operações Urbanas	Saldo em 2022	Distribuição	Alienação	Saldo em 2023	CEPAC em Estoque	Variação %	
Água Branca	-	3.380.832.000	(331.507.296)	3.049.324.704	-	0%	
CEPAC-Residencial	-	-	-	-	-	-	
CEPAC-não Residencial	-	-	-	-	-	-	
Faria Lima	-	915.076.555	-	915.076.555	-	0%	
Água Espraçada	-	909.265.016	-	909.265.016	-	0%	
Total	-	5.205.173.571	(331.507.296)	4.873.666.275	-	0%	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 10 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis, intangível e imóveis, sendo reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Contudo, os sistemas da Administração que controlam e gerenciam o imobilizado não dispõem de formas para realizar esta agregação de valores, em função de sua limitação sistêmica, como é o caso do SBPM e de informações, no caso do SBPI.

Quando os elementos do Ativo Imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos à depreciação sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Em 31/12/2023, o Município apresentou um saldo de R\$ 29,89 bilhões relacionado a imobilizado, representando 16,0% do Ativo Não Circulante, sendo 94,9% do total do Imobilizado correspondente a Bens Imóveis.

Bens Móveis: em 31/12/2023, os Bens Móveis totalizavam R\$ 1,54 bilhão e estão distribuídos em diversas contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir:

em R\$				
Composição Bens Móveis	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação %	%s/ Total
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	266.137.686,67	219.226.992,61	21,4%	17,3%
Bens de Informática	756.307.925,46	660.416.281,86	14,5%	49,2%
Móveis e Utensílios	127.577.530,24	120.631.053,29	5,8%	8,3%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	86.171.833,32	86.847.980,33	-0,8%	5,6%
Veículos	103.568.991,26	84.426.022,47	22,7%	6,7%
Peças e Conjuntos de Reposição	620.763,77	652.316,58	-4,8%	0,0%
Armamentos	24.436.923,26	10.087.458,93	142,3%	1,6%
Semoventes	39.852,00	19.440,00	105,0%	0,0%
Demais Bens Móveis	173.116.957,87	182.557.392,40	-5,2%	11,3%
Total	1.537.978.463,85	1.364.864.938,47	12,7%	100,0%

Os valores apresentados estão deduzidos da depreciação acumulada e da redução ao valor recuperável.

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As Portarias SF nº 90, de 20 de abril de 2022 e Portaria SF nº 339, de 02 de dezembro de 2021 estabeleceram procedimentos relativos ao registro e controle dos Bens Móveis no Sistema de Bens Patrimoniais Móveis no âmbito da Administração Direta do Município (Poder Executivo), entre eles a política contábil para reconhecimento dos ativos adquiridos em exercícios anteriores a valor justo e demais procedimentos relativos ao reconhecimento.

Com a publicação da Portaria SF nº 339, de 02 de dezembro de 2021, ocorreram mudanças no critério de reconhecimento e registro patrimonial dos bens móveis, devendo ser cadastrados no Sistema de Bens Patrimoniais Móveis - SBPM os Bens Móveis com valor igual ou superior a R\$ 800,00 (oitocentos reais), sem prejuízo das demais hipóteses definidas no art. 3º, do Decreto nº 53.484, de 19 de outubro de 2012.

Bens Imóveis – os Bens Imóveis do Município em 31/12/2023 totalizavam R\$ 28,35 bilhões. Destacam-se os Bens Imóveis de Uso Especial e os Bens Dominicais no montante de R\$ 28,27 bilhões que representam quase a totalidade do Imobilizado, conforme demonstrados na tabela abaixo:

em R\$					
Conta	Saldo em 2022	Ajustes/ Reclassificações	Alienação	Transferências	Saldo em 2023
Bens de Uso Especial	16.381.431.108,30	(2.749.070,86)	-	-	16.378.682.037,44
Bens Dominicais	11.956.401.835,16	(64.304.052,16)	-	-	11.892.097.783,00
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	-	-	-
Total	28.337.832.943,46	(67.053.123,02)	-	-	28.270.779.820,44

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Os ajustes e reclassificações foram realizados nas empresas: PMSP e IPREM. Destacam-se (i) os registros ocorridos na PMSP, referente a baixa do imóvel Campo de Marte, registrado no sistema SBPI com o ID 0627, no valor de R\$ 43,67 milhões, sendo que todas as tratativas foram registradas no processo SEI nº 6017.2023/0031686-9, e os processos que subsidiaram a ação

estão relacionados a este; (ii) desincorporação de edifícios no valor de R\$ 20,64 milhões dos bens dominiais conforme integração do sistema SBPI, processo SEI nº 6017.2023/0002714-0. No IPREM houve reclassificação de edifícios (bens de uso especial) no valor de R\$ 2,75 milhões para estoque conforme orientações MCASP 9ª edição Parte II item 5.1 Definição de estoques.

Em atendimento à Portaria STN nº 548/2015, o reconhecimento dos Bens Imóveis municipais ocorreu em 31/12/2020. O critério adotado para mensuração dos Bens Imóveis foi a base fiscal da Subsecretaria da Receita Municipal – SUREM, em função dos dados serem atualizados anualmente, com parâmetros de bases confiáveis.

O reconhecimento inicial em 31/12/2020 foi realizado manualmente no sistema SOF, com base nos dados da SUREM, concatenados com os dados do Geosampa, que resultou no registro de 1.684 Bens Imóveis, sendo eles Bens de Uso Especial e Dominical do Município de São Paulo.

Conforme sugestão na matriz de achados contábeis elaborada pelo TCMSP (processo SEI nº 6017.2022/0071554-0), no primeiro momento, foi acatada e reclassificada em 2022 a contrapartida ao reconhecimento inicial dos imóveis com base no Valor Venal de Referência – VVR, realizado em 2021, da conta de Ajuste de Exercícios Anteriores para a conta Reserva de Reavaliação, no montante de R\$ 3,4 bilhões. O lançamento de reclassificação consta no processo SEI nº 6017.2022/0074280-7, embora continuem os estudos para melhor mensuração e registro destes ativos.

O Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis – SBPI, instituído pelo Decreto nº 60.246, de 14 de maio de 2021, no âmbito da Administração Direta do Município de São Paulo, para normatizar as obrigações de cada área referente ao registro dos Bens Imóveis pertencentes ao Município (Poder Executivo), está em sua terceira fase de desenvolvimento, que compreende as rotinas de alienação, cessão, permissão de uso e obras em andamento. Em março de 2022 foi implantado o módulo de contabilidade, momento em que os bens reconhecidos em 2020 foram atualizados e passaram a ser depreciados.

O Município de São Paulo iniciou em 2023 os procedimentos para reconhecer, mensurar e evidenciar os Bens de Infraestrutura. Até o momento, não houve nenhum avanço significativo para o reconhecimento destes bens, somente a inclusão do módulo de obras em andamento na fase 3 do sistema SBPI. A ideia inicial é começar a reconhecer os bens de infraestrutura no momento do seu desenvolvimento e, portanto, quando implantado o módulo de obras em andamento.

Nota 11 – Intangível

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Em 31/12/2023, o Município

apresentou um saldo de R\$ 42,7 milhões relacionados ao intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível para os exercícios de 2022 e 2023:

em R\$				
Intangível	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação %	%s/ Total
Softwares	122.234.169,15	119.555.819,39	2,2%	286,3%
(-) Amortização Softwares	(79.434.927,38)	(79.488.870,78)	-0,1%	-186,0%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	239,50	102.704,50	-99,8%	0,0%
(-) Amortização Marcas, Direitos e Patentes	(102.130,72)	(102.130,72)	0,0%	-0,2%
Total	42.697.350,55	40.067.522,39	6,6%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No comparativo 2022-2023, houve aumento da conta Softwares de R\$ 2,68 milhões (2,2%). Na empresa SPTURIS a conta Outros Direitos no valor de R\$ 102,47 mil foi encerrada para regularização em contrapartida a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, devido a concessão do complexo do Anhembi em dezembro/2021, restando apenas o saldo de R\$ 239,50 relativo à Concessão de Direito de Uso de Comunicação da empresa PMSP.

Para atendimento do cronograma do plano implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais, Portaria STN 548/2015 – PIPCP. Em 31/12/2021 foi reconhecido de forma manual os intangíveis referentes à SF, considerados como licença e softwares, com vida útil definida. Os registros foram realizados com base em arquivos encaminhados pela Coordenadoria de Tecnologia - COTEC, somando 390 licenças que estão em uso pela SF no montante de R\$ 5,62 milhões, conforme processo SEI nº 6017.2021/0068544-5.

No exercício de 2022 foi retomado o projeto de aquisição do novo sistema para controle e gerenciamento de Bens móveis e Intangíveis, atualmente o termo de referência encontra-se em análise pela área de licitação e espera-se que a implantação ocorra no exercício de 2023. Por entendimento alcançado pelo gabinete desta Secretaria com o auxílio da área técnica de COTEC resolveu-se que seria mais vantajoso o desenvolvimento de um novo sistema, pela fábrica contratada por COTEC. Sendo assim, a partir de setembro/2023 as áreas DICOC e COTEC começaram a desenvolver um documento de visão de negócio para encaminhar a área gestora da fábrica de software para mensurar os custos com o desenvolvimento do sistema.

Dessa forma, não houve alteração em relação aos Bens Intangíveis e estes não sofreram amortização desde o período de seu reconhecimento em 2021, na empresa PMSP. No entanto, após a implantação do novo sistema haverá uma reavaliação destes bens, bem como a definição de metodologia específica para o reconhecimento e a mensuração.

Nota 12 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de curto prazo apresentaram uma diminuição de 12,1% em comparação com o exercício de 2022. Já as Obrigações de Longo Prazo

apresentaram um aumento de 36,2%, no comparativo de 2022 a 2023. Segue detalhamento do grupo no exercício de 2023:

em R\$				
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist.	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Pessoal a Pagar	3.278.696.340,09	19.989.761.884,84	23.268.458.224,93	75,8%
Salários, Remunerações e Benefícios	38.454.940,88	-	38.454.940,88	0,1%
Férias e 13º Salário	95.196.254,20	-	95.196.254,20	0,3%
Demais Contas de Pessoal a Pagar	256.101,02	-	256.101,02	0,0%
Precatórios de Pessoal - Regime Especial	3.137.460.274,29	19.988.336.880,01	23.125.797.154,30	75,3%
Precatórios de Pessoal - Regime Ordinário	7.328.769,70	1.425.004,83	8.753.774,53	0,0%
Benefícios Previdenciários	18.828.925,38	7.305.123.006,69	7.323.951.932,07	23,8%
Obrigações do RPPS junto ao RGPS	17.355.235,80	-	17.355.235,80	0,1%
Benefícios Previdenciários RPPS - Estado	1.144.628,10	-	1.144.628,10	0,0%
Demais Benefícios Previdenciários a pagar	148.410,09	-	148.410,09	0,0%
Precatórios de Benef. Prev. - Regime Especial	-	7.305.123.006,69	7.305.123.006,69	23,8%
Benefícios Previdenciários RPPS - Município	180.651,39	-	180.651,39	0,0%
Benefícios Assistenciais a Pagar	3.929.178,33	-	3.929.178,33	0,0%
Encargos Sociais a Pagar	49.377.209,54	67.811.402,63	117.188.612,17	0,4%
RGPS	39.237.783,92	67.811.402,63	107.049.186,55	0,3%
RPPS	8.862.649,59	-	8.862.649,59	0,0%
Demais Encargos	1.276.776,03	-	1.276.776,03	0,0%
Total	3.350.831.653,34	27.362.696.294,16	30.713.527.947,50	100%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Neste grupo de contas, destacam-se os valores referentes a Precatórios, segregados em Circulante e não Circulante, de acordo com o prazo de exigibilidade, os quais correspondem à participação de 10,2% no curto prazo e 88,9% no longo prazo, sendo estes responsáveis pelas maiores variações ocorridas no grupo.

Nota 13 – Empréstimos e Financiamentos

No comparativo 2022-2023, os Empréstimos e Financiamentos de curto prazo apresentaram uma diminuição de 5,40% e no longo prazo houve um aumento de 10,2%. O aumento corresponde ao Contrato de Financiamento autorizado pela Lei Municipal 17.254/2019, alterada pelas Leis Municipais nº 17.584/2021 e nº 17.719/2021, que, entre si, celebrarão o Município de São Paulo e o Banco do Brasil - BB, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91, destinada a financiar o Programa de Redução de Gases Poluentes por meio da Eletrificação da Frota de Ônibus do Município de São Paulo/SP, no valor de R\$ 250,0 milhões.

Observa-se que os empréstimos e financiamentos contratados no mercado interno representam o maior volume, com 54,8% no curto prazo e longo prazo e, detalhando os contratos, verifica-se que os empréstimos com os bancos internacionais, neste exercício, representam 45,2% do total, conforme quadro a seguir:

em R\$				
Empréstimos e Financiamentos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	% s/ Total
INTERNA	114.570.092,05	616.061.920,90	730.632.012,95	54,8%
Intra OFSS	289.526,42	-	289.526,42	0,0%
Precatórios em Regime Especial a restituir PMSP	289.526,42	-	289.526,42	0,0%
União	-	-	-	0,0%
DMLP - Lei 12.671/98	-	-	-	0,0%
Caixa Econômica Federal	13.851.994,27	91.061.920,57	104.913.914,84	7,9%
PNAFM 2ª Fase - Sub Contr. 0388043-02	4.314.373,90	15.769.451,51	20.083.825,41	1,5%
PNAFM 2ª Fase - Sub Contr. 0474998-77	5.929.374,88	21.672.435,28	27.601.810,16	2,1%
PNAFM 2ª Fase - Sub Contr. 0519642-52	3.188.191,31	43.186.250,54	46.374.441,85	3,5%
Prog. Saneamento Drenagem Lei nº 16.757/2017	420.054,18	10.433.783,24	10.853.837,42	0,8%
BNDES	-	-	-	0,0%
PMAT - II	-	-	-	0,0%
Itaú Unibanco	71.428.571,40	208.333.333,45	279.761.904,85	21,0%
Programa Asfalto Novo II - Lei 16.757/2017	71.428.571,40	208.333.333,45	279.761.904,85	21,0%
Santander	28.999.999,96	66.666.666,88	95.666.666,84	7,2%
Programa Asfalto Novo - Lei 16.757/2017	4.000.000,00	-	4.000.000,00	0,3%
Programa Hab Casa da Família - Lei 16.757/2017	24.999.999,96	66.666.666,88	91.666.666,84	6,9%
Banco do Brasil	-	250.000.000,00	250.000.000,00	18,8%
Programa Redução de Gases Poluentes - Lei 17.254/19 - Operação Créd. SF 02/23	-	250.000.000,00	250.000.000,00	18,8%
EXTERNA	35.162.448,24	567.120.605,02	602.283.053,26	45,2%
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	35.162.448,24	547.184.388,26	582.346.836,50	43,7%
BID IV - Contr. 1479/OC-BR - Procentro	35.162.448,24	114.881.747,62	150.044.195,86	11,3%
BID V - Avança Saúde SP - Lei 16.757/2017	-	432.302.640,64	432.302.640,64	32,4%
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	-	19.936.216,76	19.936.216,76	1,5%
BIRD - Corredor Aricanduva - Lei nº 16.985/2018	-	19.936.216,76	19.936.216,76	1,5%
Total	149.732.540,29	1.183.182.525,92	1.332.915.066,21	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A Dívida Fundada, no geral, é atualizada monetariamente na seguinte conformidade:

Dívida Contratada Interna:

- Com base na variação cambial do dólar americano para o contrato de refinanciamento da Dívida Externa de Médio e Longo Prazo – DMLP (autorizado pela Lei Municipal nº 12.671/1998);
- Com base na variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR (informamos que a Taxa LIBOR foi substituída pela taxa SOFR em dezembro de 2022), aplicada sobre o saldo devedor apurado em dólar, para o contrato do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM;
- Os demais contratos da Dívida Interna são atualizados através dos índices econômicos e financeiros: URTJLP*, UMIPCA* (*utilizados até fevereiro/2023, término dos contratos do PMAT), UPR, TR, CDI, TJLP e SELIC.

Dívida Contratada Externa:

- Com base na variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR. Em novembro de 2021 o BID notificou a substituição da taxa LIBOR pela taxa SOFR, o que de fato ocorreu no 2º semestre de 2022.

Nota 14 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 2023, os Fornecedores e Contas a Pagar de curto prazo apresentaram um aumento de 35,2% em relação ao ano anterior, enquanto os de longo prazo houve um aumento de 98,6%.

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que a conta Precatórios de Contas a Pagar – Credores Nacionais apresenta maior representatividade no grupo de curto e longo prazo, equivalente a 70,7% na totalidade, conforme tabela abaixo:

Fornecedores e Contas a Pagar	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	em R\$	
				%s/ Total	
Fornecedores Nacionais	2.018.774.292,46	-	2.018.774.292,46	24,2%	
Contas a Pagar - Credores Nacionais	347.107.715,77	-	347.107.715,77	4,2%	
Precatórios de Contas a Pagar - Credores Nacionais	982.839.274,77	4.906.818.378,17	5.889.657.652,94	70,7%	
Contas a Pagar Nacionais - Dec. Jud. - Exceto Precat.	3.449.110,97	-	3.449.110,97	0,0%	
Fornecedores Nacionais - INTRA OFSS	56.390.848,18	-	56.390.848,18	0,7%	
Fornecedores Nacionais - INTER OFSS	93.132,44	-	93.132,44	0,0%	
Fornecedores Estrangeiros	17.160.715,31	-	17.160.715,31	0,2%	
Total	3.425.815.089,90	4.906.818.378,17	8.332.633.468,07	100,0%	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No longo prazo, a principal variação ocorrida é observada pelo aumento de precatórios de contas a pagar no montante de R\$ 2,57 bilhões.

Nota 15 – Obrigações Fiscais

Em 2023, as Obrigações Fiscais de curto prazo apresentaram um aumento de 164,8% (R\$ 25,7 milhões) e no longo prazo houve uma redução de 2,7%, (R\$ 6,5 milhões) em relação ao ano anterior.

Nota 16 – Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreendem Transferências Discricionárias para Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos a título de subvenção, auxílio e contribuição, visando a consecução de finalidades de interesse público decorrentes de celebração de instrumento jurídico, em 2023 atingiu o montante de R\$ 370,2 milhões, no curto prazo.

Nota 17 – Provisões

As provisões de curto prazo são compostas pelas provisões das empresas TCM, SPTurismo e SPUrbanismo e as provisões de longo prazo são compostas em sua maioria por provisões matemáticas previdenciárias do RPPS que correspondem a 99,7% do valor total, conforme demonstrado a seguir:

em R\$				
Provisões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Provisões para Riscos Trabalhistas	2.434.670,68	31.341.000,61	33.775.671,29	0,0%
Provisões Matemáticas Previdenciárias *		178.835.441.602,76	178.835.441.602,76	99,7%
Provisões para Riscos Fiscais		14.292.498,47	14.292.498,47	0,0%
Outras Provisões	-	505.417.089,79	505.417.089,79	0,3%
Provisão p/ Contingentes Civeis	1.692.703,04	64.292.497,47	65.985.200,51	0,0%
Total	4.127.373,72	179.450.784.689,10	179.454.912.062,82	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

* Contempla a Provisão Matemática Previdenciária do RPPS de R\$ 178.645.361.405,77 e a Provisão de Benefício pós emprego dos ex-funcionários da extinta CMTC no valor de R\$ 190.080.196,99

As provisões de longo prazo apresentaram um aumento de 49,6% em relação ao ano anterior, este aumento ocorreu no grupo de Provisões Matemáticas Previdenciárias, em virtude do aumento de R\$ 59,4 bilhões referente ao resultado da avaliação atuarial (Deficit Atuarial).

As provisões matemáticas previdenciárias do RPPS, que representam quase a totalidade das provisões a longo prazo, tem por objetivo demonstrar a real situação patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de cada ente federativo e corroboram com a necessidade de cobertura de eventuais insuficiências financeiras do regime por este Município, nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

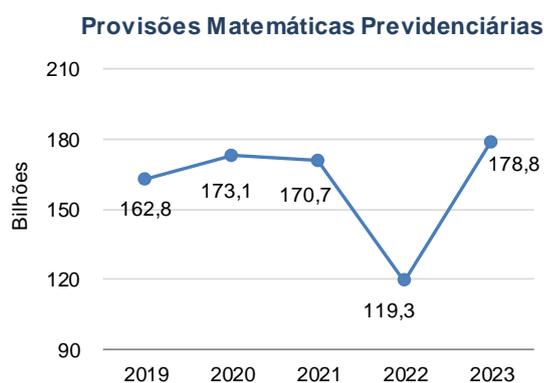
A Portaria nº 509/2013 do Ministério da Previdência regulamentou uma forma de reconhecer e controlar o passivo atuarial por meio de registro de reservas matemáticas previdenciárias. Esse cálculo consiste em provisionar valores que representam o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente.

Seguem os valores das Provisões Matemáticas Previdenciárias dos últimos cinco anos:

Ano	Provisões Matemáticas Previdenciárias	% Variação
2019	R\$ 162.840.719.610	-
2020	R\$ 173.055.143.070	6,3%
2021	R\$ 170.743.173.431	-1,3%
2022	R\$ 119.257.552.109	-30,2%
2023	R\$ 178.835.441.603	50,0% (1)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

(1) Contempla a Provisão Matemática Previdenciária do RPPS de R\$ 178.645.361.405,77 e a Provisão de Benefício pós emprego dos ex-funcionários da extinta CMTC no valor de R\$ 190.080.196,99



Avaliação da Situação Financeira e Atuarial: este tópico encontra-se detalhado no relatório do Balanço, no capítulo específico “Regime Próprio de Previdência Social – RPPS”.

Outras Provisões – Encontra-se registrado no grupo Outras Provisões, as Perdas em Investimento – MEP registradas na PMSP, que correspondem a 38,9% do grupo, conforme quadro abaixo:

em R\$				
Outras Provisões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
PMSP - Perda em Investimentos - MEP	-	196.707.819,15	196.707.819,15	38,9%
Provisão para Ação de Desapropriação do Jockey Club	-	122.522.570,93	122.522.570,93	24,2%
COHAB - Provisão para Impostos Diferidos	-	13.809.201,51	13.809.201,51	2,7%
COHAB - Processos Judiciais Diversos	-	73.891.697,76	73.891.697,76	14,6%
SPTurismo - Outras Provisões	-	5.523.225,22	5.523.225,22	1,1%
SPUrbanismo - Outras Provisões	-	92.962.575,22	92.962.575,22	18,4%
Total	-	505.417.089,79	505.417.089,79	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 18 – Demais Obrigações

Em 2023, o grupo Demais Obrigações tem maior representatividade no curto prazo e entre os exercícios de 2022 e 2023 o grupo apresentou aumento de 1057,1% (R\$ 71,8 bilhões) no curto prazo, referente à conta Obrigação para Cobertura do Deficit Atuarial do RPPS – Fundo em Capitalização e aumento de 7,8% no longo prazo. Segregando a análise deste grupo, segue o quadro abaixo:

em R\$				
Demais Obrigações	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Adiantamentos de Clientes	137.133.563,40	-	137.133.563,40	0,2%
Obrigações Decorrentes de Contratos de PPP	101.515.226,54	-	101.515.226,54	0,1%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	50.549.734,18	50.549.734,18	0,1%
Valores Restituíveis*	6.604.552.499,83	10.802.064.475,41	17.406.616.975,24	19,4%
Depósitos Judiciais	4.625.959.971,62	10.793.906.597,12	15.419.866.568,74	17,1%
Consignações	181.193.298,68	-	181.193.298,68	0,2%
Depósitos Não Judiciais	588.776.042,89	-	588.776.042,89	0,7%
Outros Valores Restituíveis	1.208.623.186,64	8.157.878,29	1.216.781.064,93	1,4%
Outras Obrigações	71.700.114.120,46	559.159.875,36	72.259.273.995,82	80,3%
Obrigação para Cobertura do Deficit Atuarial RPPS - Fundo em Capitalização	70.897.478.380,13	-	70.897.478.380,13	78,8%
Outros	802.635.740,33	559.159.875,36	1.361.795.615,69	1,5%
Total	78.543.315.410,23	11.411.774.084,95	89.955.089.495,18	100,0%

* incluído valores intra

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Depósitos Judiciais** – os depósitos judiciais representam 17,1% do grupo e correspondem ao previsto na Lei Complementar nº 151/2015, são valores relacionados a processos judiciais e administrativos em andamentos, nos quais o Município é parte, depositados em contas oficiais para garantir que, ao final, as sentenças sejam cumpridas.

No curto prazo, estão registrados 30% do montante dos depósitos judiciais, que constituem o Fundo de Reserva, cujos recursos representam entradas compensatórias e estão

registrados no Ativo e no Passivo Financeiro do Município. No longo prazo, classificados no Passivo Permanente, estão registrados 70% do montante dos depósitos judiciais, que foram antecipados para o Município e têm destinação vinculada.

- **Outras Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo:** no exercício de 2023 apresentou um aumento de 5269,7%, na comparação com o exercício anterior, relativo ao grupo Outras obrigações Intra OFSS, representada pela conta Obrigação para Cobertura do Deficit Atuarial do RPPS – Fundo em Capitalização, registrada na empresa PMSP, no valor de R\$ 70,9 bilhões, um maior detalhamento encontra-se no relatório do Balanço, no capítulo específico “Regime Próprio de Previdência Social – RPPS”, no subtítulo “Créditos para amortização do déficit atuarial do FUNPREV”.

	em R\$		
Outras Obrigações	Saldo em 2022	Saldo em 2023	Variação %
Outras Obrigações a Curto Prazo	761.996.000,66	71.700.114.120,46	9309,5%
Subvenções a Pagar	145.411.500,00	152.124.600,00	4,6%
Indenizações e Restituições	218.265.457,75	210.727.482,49	-3,5%
Diárias a Pagar	1.939,32	-	-100,0%
Demais Obrigações a Curto Prazo	26.875.875,03	33.017.487,10	22,9%
Termo de Compromisso a Pagar	309.757.900,52	348.811.117,49	12,6%
Suprimentos de Fundos a Pagar	105.932,74	135.872,31	28,3%
Outras Obrigações a CP Intra OFSS	49.731.927,23	70.943.537.290,67	142551,9%
Obrigações Inter OFSS - União	11.490.479,18	11.433.851,53	-0,5%
Obrigações Inter OFSS - Estados	334.645,38	302.145,48	-9,7%
Obrigações Inter OFSS - Municípios	20.343,51	24.273,39	19,3%
Outras Obrigações a Longo Prazo	583.696.204,79	559.159.875,36	-4,2%
Subvenções a Pagar	105.368.720,00	33.260.895,00	-68,4%
Outros Credores Municipais	258.534,85	258.534,85	0,0%
Termo de Compromisso a Pagar	527.539,44	227.513,86	-56,9%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS - União	11.336.225,66	11.336.225,66	0,0%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Intra OFSS	466.205.184,84	514.076.705,99	10,3%
Total	1.345.692.205,45	72.259.273.995,82	5269,7%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

O subgrupo de Subvenções a Pagar, contempla os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento – CID. Os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento – CID foram instituídos pela Lei nº 15.413, de 20 de julho de 2011 e regulamentados pelo Decreto nº 52.871, de 22 de dezembro de 2011, com validade de dez anos e com possibilidade de serem utilizados pelo investidor ou pelo terceiro adquirente dos certificados para pagamento de IPTU e de ISS, exceto de ISS retido na fonte.

No exercício de 2023 foram fruídos 911 CIDs totalizando R\$ 75,0 milhões, restando em estoque 2.201 unidades, no valor atualizado de R\$ 185,4 milhões (somados o curto e longo prazos).

						em R\$
Certificado de Incentivo ao Desenvolvimento (CID) Arena Fundo de Investimento Mobiliário - FI	Saldo em 2022	Atualização Monetária	Utilização	Reclassificação	Saldo em 2023	% s/ Total
Curto Prazo	145.411.500,00	6.113.870,00	(74.980.455,00)	75.579.685,00	152.124.600,00	5%
Longo Prazo	105.368.720,00	3.471.860,00	-	(75.579.685,00)	33.260.895,00	-68%
Total	250.780.220,00	9.585.730,00	(74.980.455,00)	-	185.385.495,00	-26%
Quantidade	3.112		(911)		2.201	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 19 - Patrimônio Líquido/ Passivo a Descoberto

Em 2023, o Passivo a Descoberto apresentou uma variação negativa de 1161% em relação a 2022, refletindo negativamente em R\$ 69,0 bilhões no total deste grupo. Abaixo, destacam-se as seguintes movimentações ocorridas neste exercício:

					em R\$
Passivo a Descoberto	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total	
Patrimônio Social e Capital Social	1.418.607.329,28	1.418.607.329,28	0,0%	-1,9%	
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	126,13	126,13	0,0%	0,0%	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(835.934,40)	(626.950,80)	33,3%	0,0%	
Demais Reservas	3.691.856.075,57	3.694.187.240,68	-0,1%	-4,9%	
Resultados Acumulados	(79.998.860.577,60)	(11.051.228.617,64)	623,9%	106,8%	
Resultado do Exercício	(66.670.752.888,70)	87.100.045.562,34	-176,5%	89,0%	
Resultado de Exercícios Anteriores	(11.051.409.574,29)	(96.758.010.228,32)	-88,6%	14,8%	
Ajustes de Exercícios Anteriores	(2.276.698.114,61)	(1.393.263.951,66)	63,4%	3,0%	
Total	(74.889.232.981,02)	(5.939.060.872,35)	1161,0%	100,0%	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 20 - Ajustes de Avaliação Patrimonial

Estão registrados nestas contas a depreciação de imóveis avaliados pelo custo atribuído no montante de R\$ 1,27 milhões (devedor) na empresa SP Urbanismo e a provisão de IRPJ e CSLL referente ao total líquido dos bens avaliados pelo custo atribuído no valor de R\$ 430,6 mil (credor) na empresa SP Urbanismo, resultando no montante de R\$ 835,9 mil (devedor).

Nota 21 - Demais Reservas

No grupo constam as reservas de reavaliação, no montante de R\$ 3,7 bilhões credor. No exercício de 2022, conforme a matriz de achados contábeis elaborada pelo TCMSP (processo SEI nº6017.2022/0071554-0), no primeiro momento foi acatada a sugestão e foi reclassificada em 2022 a contrapartida ao reconhecimento inicial dos imóveis com base no VVR realizado em 2021 da conta de Ajuste de Exercícios Anteriores para a conta Reserva de Reavaliação, no montante de R\$ 3,4 bilhões. O lançamento de reclassificação consta no processo SEI nº 6017.2022/0074280-7, embora continuem os estudos para melhor mensuração e registro destes ativos. A variação entre os exercícios de 2022 e 2023 (R\$ 2,33 milhões) decorrem de reavaliação de estoques de terrenos na empresa COHAB.

Nota 22 - Resultados Acumulados

- **Resultado do Exercício:** Em 2023, o Município teve um resultado patrimonial consolidado deficitário de R\$ 66,7 bilhões, frente a um resultado superavitário de R\$ 87,1 bilhões em 2022, cujas principais razões que impactaram neste resultado foram:
 - ✓ **PMSP/FUNFIN/FUNPREV** – No comparativo 2022-2023, houve um aumento na provisão matemática previdenciária do RPPS de R\$ 119,3 bilhões para R\$ 178,6 bilhões, afetando o resultado em R\$ 59,4 bilhões, cujos detalhamento dos lançamentos por empresa foram: PMSP com provisão de R\$ 121,0 bilhões, FUNPREV com provisão de R\$ 12,3 bilhões e FUNFIN com reversão da provisão de R\$ 73,9 bilhões (totalizando o consolidado de R\$ 59,4 bilhões);
 - ✓ **PMSP** – Em 2023 houve provisão e registro das obrigações para cobertura do deficit atuarial RPPS (Valor Atual dos Recursos Vinculados por Lei para Cobertura do Deficit Atuarial e Valor Atual da Contribuição Complementar para Cobertura do Deficit Atuarial) totalizando R\$ 70,9 bilhões;
 - ✓ **CONSOLIDADO** – Em 2023 houve aumento nas despesas de remuneração a pessoal em 5,7% equivalentes a R\$ 4,2 bilhões e aumento nas despesas de serviços em 7,9% equivalente a R\$ 9,8 bilhões.
- **Ajustes de Exercícios Anteriores:** No comparativo 2022-2023 houve movimentação líquida de R\$ 883,4 milhões (devedor), resultando em um saldo devedor de R\$ 2,28 bilhões, conforme seguem demonstrados os saldos e movimentações de AJEA por empresa:

em R\$			
Ajuste de Exercícios Anteriores	Saldo Inicial 2023	Movimentação	Saldo Final 2023
Administração Direta	1.365.515.282,08	1.160.887.381,91	2.526.402.663,99
PMSB	1.352.486.397,47	1.167.829.488,07	2.520.315.885,54
CMSP	330.852,23	(115.684,56)	215.167,67
TCMSP	11.668.334,23	(5.798.649,45)	5.869.684,78
FECAM	1.257,00	(1.257,00)	-
FETCM	1.028.441,15	(1.026.515,15)	1.926,00
Administração Indireta	27.748.669,58	(277.453.218,96)	(249.704.549,38)
HSPM	528.369,88	77.922,65	606.292,53
IPREM	1.255.503,63	(20.653.354,16)	(19.397.850,53)
FUNPREV	179.540,97	(519.366.461,86)	(519.186.920,89)
FUNFIN	135.832,24	236.349,30	372.181,54
SFMSB	1.208.515,41	3.751.610,47	4.960.125,88
AHM	140.198.627,36	(140.198.627,36)	-
AMLURB	441.724,70	(441.724,70)	-
FMLU	-	168.776.355,50	168.776.355,50
FUNDATEC	167.155,69	131.788,67	298.944,36
THEATRO	16.963.326,17	(16.365.993,59)	597.332,58
FMH	6.486.955,04	(2.804.988,68)	3.681.966,36
COHAB	(232.268.779,47)	295.494.154,92	63.225.375,45
SPTURIS	84.765.913,04	(49.261.597,71)	35.504.315,33
SPURBANISMO	7.602.128,50	1.555.066,29	9.157.194,79
SPCINE	83.856,42	59.259,90	143.116,32
SPREGULA	-	1.557.021,40	1.557.021,40
Total	1.393.263.951,66	883.434.162,95	2.276.698.114,61

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2023, podemos citar como principais registros em AJEA:

✓ **PMSB – Poder Executivo (Administração Direta)**

- Transposição de saldo de Ajuste de Exercícios Anteriores para Resultado de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 1,35 bilhão (credor);
- Registro extemporâneo das obrigações por competência, no montante líquido de R\$ 2,29 bilhões (devedor);
- Regularização Lançamento Contábil nº 1949674 referente Aporte IRRF (Documentos SEI nº 077149712 e nº 077150632), no montante de R\$ 184,1 milhões (devedor);
- Baixa do Adiantamento a receber referente Programa de Aceleração Crescimento (PAC) documento SEI nº 088428472, no montante de R\$ 9,5 milhões (devedor);
- Desincorporação de Bens Imóveis, conforme integração do SBPI - Desincorporação de Bens Imóveis, no montante de R\$ 120,1 milhões (devedor);
- Lançamentos manuais com valores significativos:
 - i. Benefício pós emprego dos ex-funcionários da extinta CMTB conforme processo SEI nº 6017.2021/0011152-0, Relatório de Avaliação Atuarial, documento SEI nº 096185038, no montante de R\$ 181,97 milhões (devedor);

- ii. Complemento do lançamento nº 13762881 de 30/12/2022 - Bem incorporado via Integração SBPI conforme processo SEI nº 6017.2023/0002714-0 (documento SEI 096532377), no montante de R\$ 20,64 milhões (devedor);
- iii. Reconhecimento de obrigação a pagar no montante de R\$ 719,3 mil (devedor);
- iv. Regularização de baixa Imóvel ID62, parte edificada, em função de ter sido cedido para a CMSP processo SEI nº 6017.2023/0002714-0, no montante de R\$ 77,0 milhões (credor);
- v. Regularização de Cancelamento de obrigação/compromisso a pagar indevido no montante de R\$ 1,62 milhão (devedor);
- vi. Regularização evento 13 referente ao ano de 2022 em 12/2023 - obrigações a pagar, no montante de R\$ 672,9 mil (devedor).

✓ **COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação de SP (Administração Indireta)**

- Transposição de saldo de Ajuste de Exercícios Anteriores para Resultado de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 232,27 milhões (devedor);
- Registro extemporâneo das obrigações por competência, no montante líquido de R\$ 7,62 milhões (devedor);
- Lançamentos manuais com valores significativos:
 - i. Valor da reversão da reavaliação ocorrida em 2019 conforme ajuste realizado através do Processo SEI nº 7610.2019.0003554-0, no montante de R\$ 2,33 milhões (credor);
 - ii. Valor da reversão das perdas em estoques de terrenos em 2022 que ora regularizado, R\$ 2,41 milhões (credor);
 - iii. Valor da reversão da provisão IPTU Itapevi, conforme escritura pública de transação D-03 em 30/12/2022, R\$ 4,72 milhões (credor);
 - iv. Despesas de exercícios anteriores a reembolsar para FMH, no montante de R\$ 1,74 milhões (devedor);
 - v. Contingência referente Processos Judiciais, conforme relatório do Jurídico, competência 2022, no montante de R\$ 58,68 milhões (devedor).
 - vi. Valor referente perda por desvalorização - TERRENO BENTO GHELFI-processo nº 1006366-25.2013.8.26.0053 depósito judicial de 09/06/2022 para regularização R\$ 10,5 milhões (devedor)

✓ **FUNPREV – Fundo Previdenciário (Administração Indireta)**

- Registro extemporâneo das obrigações por competência, no montante líquido de R\$ 1,89 milhão (devedor);
- Reclassificação do lançamento contábil nº 5724 e 5275 de 26/01/2023, tendo em vista tratar-se do aporte de IRRF da competência dezembro/2022, no montante de R\$ 520,0 milhões (credor).

Nota 23 – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

Este quadro visa apresentar o Balanço Patrimonial segregado em ativos e passivos financeiros e permanentes²:

em R\$					
Ativo (I)	Exercício 2023	Exercício 2022	Passivo (II)	Exercício 2023	Exercício 2022
Ativo Financeiro	35.570.654.243,25	39.188.214.821,28	Passivo Financeiro	19.153.830.607,64	19.281.399.824,57
Ativo Permanente	199.979.336.780,49	122.581.998.088,05	Passivo Permanente	301.340.014.366,83	159.203.621.738,56
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)				(84.943.853.950,73)	(16.714.808.653,80)

Por este quadro, é possível apurar o superavit financeiro de R\$ 16,4 bilhões, resultante da equação: Ativos Financeiros de R\$ 35,6 bilhões, deduzidos dos Passivos Financeiros de R\$ 19,2 bilhões, o qual é fonte para abertura de créditos adicionais no orçamento público do exercício seguinte. A seguir, detalhamos por empresa o superavit financeiro apurado em 2023:

Administração Direta		Administração Indireta		Consolidado	
PMSB	R\$ 14.104.794.974	HSPM	R\$ 63.365.793	Superavit Financeiro do Período R\$ 16.416.823.636	
CMSP - FECAM	R\$ 14.049.728	IPREM	R\$ 12.412.006		
TCMSP - FETCM	R\$ 3.191.222	FUNFIN	R\$ 488.814.565		
Total	R\$ 14.122.035.924	FUNPREV	R\$ 1.064.904.273		
		SFMSB	R\$ 42.101.237		
		AHM	R\$ -		
		AMLURB	R\$ -		
		FMLU	-R\$ 14.850.027		
		FUNDATEC	R\$ 18.126.415		
		THEATRO	-R\$ 234.868		
		FMH	R\$ 25.613.063		
		COHAB	R\$ 446.802.076		
		SP TURIS	R\$ 103.260.735		
		SP URBANISMO	R\$ 50.989.690		
		SP CINE	-R\$ 2.374.146		
		SP REGULA	-R\$ 4.143.101		
		Total	R\$ 2.294.787.711		

² Ativo Financeiro: compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. Ativo Permanente: compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro: compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Passivo Permanente: compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Nota 24 – Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

As contas de compensação representam os atos potenciais ativos e passivos, e apresentam a seguinte estrutura:

Descrição	Atos Potenciais Ativos	
	Exercício 2023	Exercício 2022
Garantias e Contragarantias Recebidas	5.504.298.713,10	4.539.895.178,25
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	2.873.362.658,21	2.894.452.353,00
Total	8.377.661.371,31	7.434.347.531,25

Descrição	Atos Potenciais Passivos	
	Exercício 2023	Exercício 2022
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instr. Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais	29.253.569.155,46	29.662.854.411,96
Outros Atos Potenciais Passivos	1.398.484.194,04	1.243.232.400,06
Total	30.652.053.349,50	30.906.086.812,02

São atos potenciais aqueles que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas, responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros, garantias e contragarantias recebidas e concedidas.

Atos potenciais ativos compreendem aqueles que podem vir a afetar positivamente o patrimônio. Atos potenciais passivos compreendem aqueles que podem vir a afetar negativamente o patrimônio.

Do total dos atos potenciais passivos, o valor mais significativo registrado no Balanço de 2023 correspondeu a obrigações contratuais, sendo aproximadamente 95,4%.

Nota 25-A – Quadro do Superavit/Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

Este quadro tem por objetivo demonstrar o superavit ou deficit financeiro por fonte e destinação de recursos, classificadas em vinculadas ou ordinárias, em atendimento aos art. 8º e 50, da Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Superavit financeiro corresponde à diferença positiva entre ativo financeiro e passivo financeiro; deficit financeiro corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e passivo financeiro.

em R\$				
Superavit Financeiro por Fonte de Recursos	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Ordinária	3.329.077.470,41	8.704.320.245,18	-61,8%	20,3%
Vinculada	13.087.746.165,20	11.202.494.751,53	16,8%	79,7%
Operações de Crédito	222.978.435,71	63.541.327,69	250,9%	1,4%
Transferências Federais	1.639.083.757,87	1.257.614.731,67	30,3%	10,0%
Transferências Estaduais	534.201.352,91	588.062.407,65	-9,2%	3,3%
Fundo Constitucional de Educação	211.975.164,30	402.743.967,92	-47,4%	1,3%
Outras Fontes	211.633.587,30	447.456.063,21	-52,7%	1,3%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	7.701.625.296,26	7.570.424.708,52	1,7%	46,9%
Alienação de Bens Ativos	458.490.013,18	95.384.270,84	380,7%	2,8%
Depósitos Judiciais	597.307.150,23	689.146.549,16	-13,3%	3,6%
Transferências Federais Custeio Covid Fundo a Fundo Serv. Pub. Saúde	7.901.188,54	79.650.347,13	-90,1%	0,0%
Previdência Social	1.495.621.589,16	-	0,0%	9,1%
Transferências Federais Invest. Covid Fundo a Fundo Serv. Pub. Saúde	4.061.921,17	5.603.669,17	-27,5%	0,0%
Transferências Federais Convênios/Contratos Covid vinculado à Saúde	-	-	0,0%	0,0%
Transferências Federais LC 173/2020; art 5º, I	2.866.708,57	2.866.708,57	0,0%	0,0%
Recursos Extraorçamentários	-	-	0,0%	0,0%
Total	16.416.823.635,61	19.906.814.996,71	-17,5%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 25-B – Quadro do Superavit/Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964) - Segregado pelo segmento da fonte de recurso "Código Padronizado da Fonte" definido pela STN

No exercício de 2023 foi implantada no Sistema SOF a nova estrutura de fontes de recursos do Município de São Paulo, em atendimento à padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio das seguintes Portarias: (i) Portaria Conjunta STN/SOF nº 20/21 e (ii) Portaria nº 710/21 e alterações. Ademais, a nova estrutura de fontes trouxe códigos específicos da PMSP para atender às particularidades e vinculações municipais, conforme segue:

Nova Estrutura de Fonte de Recurso - 10 dígitos				
Segmento	AA	B	CCC	EEEE
Descrição	Fonte de Recurso PMSP	Exercício da Fonte de Recurso	Código Padronizado da Fonte	Vinculação PMSP
Exigência	Código específico da PMSP (numeração anterior)	Estrutura definida pela STN (Portaria STN/SOF nº 20/2021 – Anexo II)	Estrutura definida pela STN (Portaria STN/SOF nº 20/2021 – Anexo I)	Detalhamentos específicos da PMSP

O quadro a seguir segrega o Superavit Financeiro do exercício de 2023, pelo segmento da fonte de recurso “Código Padronizado da Fonte”, cujos códigos são definidos pela STN:

Fonte de Recurso	Descrição	Notas	Saldo em 31/12/2023
	TOTAL DE RECURSOS	25 B	16.416.823.635,61
	Total de Recursos Ordinários		3.329.077.470,41
500	Recursos não vinculados de impostos		1.808.043.598,44
501	Outros Recursos não Vinculados		1.490.704.254,21
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos		14.624.316,43
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		3.136.199,21
705	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		(2.216.523,91)
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais		1.527.869,15
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos		440.287,94
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas.		12.817.468,94
	Total de Recursos Vinculados		13.087.746.165,20
	Total de Recursos Vinculados à Educação		629.912.402,52
540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		211.975.164,30
550	Transferência do Salário-Educação		230.741.257,52
552	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		105.197.009,05
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (FNATE)		942.431,98
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE		58.511.790,62
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		147.162,35
599	Outros Recursos Vinculados à Educação		22.397.586,70
	Total de Recursos Vinculados à Saúde		736.603.484,69
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		487.446.895,37
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		41.925.424,86
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.		7.901.188,54
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.		3.300.742,60
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias		100.217.040,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem		3.446.121,27
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		56.600.730,17
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		10.446.601,11
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		112.086,47
634	Operações de Crédito vinculadas à Saúde		9.342.606,76
636	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		126.619,50
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde		15.737.428,04
	Total de Recursos Vinculados à Assistência Social		61.766.517,69
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		30.887.823,93
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		4.535.920,69
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social		24.947.850,91
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social		1.394.922,16
	Total de Recursos Vinculados de Transferências (Exceto Educação, Saúde e Assistência)		816.835.425,37
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		354.083.711,07
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		200.178.313,81
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios		16.413.032,60
703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades		2.964.478,12
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais (Exceto Recursos Ord.)		51.590.611,84
706	Transferência Especial da União		47.064.800,38
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020		2.866.708,57
710	Transferência Especial dos Estados		37.933.494,77
714	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT		2.366.289,24
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual		64.372.056,76
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura		24.822.405,87
717	Assistência Financeira Transporte Coletivo - Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022		1.242.470,99
749	Outras vinculações de transferências		10.937.051,35
	Demais Vinculações		9.251.815.531,22
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		31.075.954,98
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		178.776.361,26
752	Recursos Vinculados ao Trânsito		472.461.338,38
754	Recursos de Operações de Crédito		213.635.828,95
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta		81.745.391,57
756	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta		387.840.344,09
757	Recursos de depósitos judiciais - Lides das quais o ente faz parte		597.307.150,23
759	Recursos vinculados a fundos municipais		1.766.271.594,84
799	Outras vinculações legais - Inclusive CEPACs e Op. Urbanas Consorciadas		5.522.701.566,92
	Recursos Vinculados à Previdência Social		1.495.621.589,16
800	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		1.057.617.273,06
801	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		438.004.316,10
	Outros Recursos Vinculados		95.191.214,55
899	Outros Recursos Vinculados		95.191.214,55

2.7 Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 – Impostos

Do total de variações patrimoniais aumentativas do grupo de impostos, os itens de maior influência no resultado de 2023 foram o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

e o Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial - IPTU, que correspondem a 57,1% e 27,8% do total deste grupo, respectivamente.

Nota 2 – Contribuições Sociais

As Contribuições Sociais são compostas pelas contribuições patronais e de servidores ativos e inativos, da Administração Direta e Indireta, bem como de pensionistas ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS da PMSP.

Nota 3 – Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços

Em 2023, correspondeu a 0,5% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas, dos quais destacam-se as seguintes receitas e respectivas participações percentuais do grupo de receitas de Exploração: concessão e permissão – serviço de transporte (19,1%), direito de uso de bens públicos (22,9%) e prestação de consultoria INTRA OFSS (41,2%).

Nota 4 – Juros e Encargos de Mora

Em 2023, correspondeu a 6,4% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. No comparativo 2023-2022, houve aumento de 1,6% da receita de Juros e Encargos de Mora, que totalizou R\$ 18,1 bilhões em 2022 e R\$ 18,4 bilhões no exercício de 2023, com destaque para multas e juros da Dívida Ativa Tributária, representando 89,8% deste grupo.

Nota 5 – Transferências Intragovernamentais

Em 2023, correspondeu a 3,0% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. As transferências intragovernamentais têm seu saldo composto por repasses recebidos pelas entidades da administração indireta para execução orçamentária e por recursos referentes a aportes ao RPPS e representam 49,5% e 49,8% respectivamente, do total do grupo.

Nota 6 – Transferências Intergovernamentais

As transferências intergovernamentais têm seu saldo composto, principalmente, pelas seguintes transferências: Transferências de Recursos do SUS (11,5%), Transferências do FUNDEB (25,1%), Cota-Parte do ICMS (36,4%) e Cota-Parte do IPVA (16,3%).

Nota 7 – Valorização e Ganhos com Ativos

Em 2023, as contas relacionadas à Valorização e Ganhos com Ativos (Reavaliação de Ativos, Ganhos com Alienação e Ganhos com Incorporação de Ativos) totalizaram R\$ 404,1 milhões e apresentaram um aumento de R\$ 133,1 milhões na comparação com o exercício anterior. O quadro a seguir segrega os saldos das contas por empresas:

em R\$		
Valorização e Ganhos com Ativos	Exercício 2023	%s/ Total
Ganhos com Incorporação de Ativos	65.580.554,46	16,2%
Incoporação de bens móveis	4.278.562,82	1,1%
PMSP	4.266.466,08	1,1%
IPREM	6.808,74	0,0%
FUNDATEC	5.288,00	0,0%
Incoporação de bens imóveis	323.478,00	0,1%
IPREM	323.478,00	0,1%
Incoporação de outros direitos	60.978.513,64	15,1%
SFMSP	4.008.347,71	1,0%
COHAB	37.582.659,02	9,3%
FMH	19.387.506,91	4,8%
Ajustes a Valor de Mercado	26.180.900,55	6,5%
SP Urbanismo	26.180.900,55	6,5%
Ganhos com Alienação	312.324.865,13	77,3%
COHAB	295.893.946,77	73,2%
SP Urbanismo	16.430.918,36	4,1%
Total	404.086.320,14	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 8 – Ganhos com Desincorporação de Passivos

No comparativo 2022-2023, o grupo Ganhos com Desincorporação de Passivo resultou em uma diminuição de 97,2%. Em 2023, correspondeu a 0,3% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas no valor de R\$ 781,2 milhões, sendo que as contas com saldos mais relevantes no grupo Ganhos com Desincorporação de Passivos em 2023, por empresa, são demonstradas no quadro abaixo:

em R\$		
Ganhos com Desincorporação de Passivos	Exercício 2023	%s/ Total
Cancelamento de Dívidas Passivas	357.876,12	0,0%
COHAB	357.876,12	0,0%
Cancelamento - Deságio Acordo TJSP - EC 62/2009	713.499.968,90	91,3%
PMSP	708.208.702,91	90,7%
FUNFIN	291.784,21	0,0%
FUNPREV	4.999.481,78	0,6%
Demais ganhos desincorporação passivo	67.356.833,89	8,6%
Cancelamento de Restos	532.323,74	0,1%
PMSP	38.092,31	0,0%
CMSP	494.231,43	0,1%
Outras Desincorporações	66.824.510,15	8,6%
PMSP	65.293.338,24	8,4%
COHAB	190.158,37	0,0%
FMH	1.341.013,54	0,2%
Total	781.214.678,91	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

As contas que compõem o grupo Outras Variações Patrimoniais Aumentativas seguem detalhadas no quadro abaixo, com destaque para reversão de provisões e ajustes de perdas no montante de R\$ 74,6 bilhões e Créditos para Amortização de Deficit Atuarial no montante de R\$ 70,9 bilhões:

		em R\$	
Outras Variações Patrimoniais	Exercício 2023	% s/	Total
Aumentativas			
* Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	74.556.827.038,31	48,5%	
Valor Atual da Contrib. Compl. e dos Recursos Vinculados por Lei para Cobertura do Deficit Atuarial	70.897.478.380,13	46,2%	
Multas de Trânsito	2.767.225.297,54	1,8%	
Demais Multas	1.664.034.318,20	1,1%	
Resultado Positivo Equivalência Patrimonial	1.485.176.024,44	1,0%	
Outorga Onerosa FUNDURB	912.084.113,22	0,6%	
Indenizações e Restituições	385.854.585,68	0,3%	
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	147.654.768,18	0,1%	
Compensação Financeira entre Regimes Próprios	6.136.338,62	0,0%	
Demais Contas	773.287.038,94	0,5%	
Total	153.595.757.903,26	100,0%	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

* Em 2023, houve a reversão da provisão matemática atuarial no FUNFIN e a constituição da provisão na PMSP (administração direta), impactando na demonstração de valores expressivos neste grupo

Nota 10 – Remuneração a Pessoal

No exercício de 2023, a remuneração com vencimentos e salários do pessoal ativo foi de R\$ 20,0 bilhões, que representa, 79,7% do total das VPD com Pessoal e Encargos.

Nota 11 – Aposentadorias e Reformas

Correspondem aos pagamentos efetuados aos aposentados da Administração Direta e Indireta, sob o RPPS da PMSP e representaram 91,3% do total de benefícios previdenciários e assistenciais.

Nota 12 – Uso de Material de Consumo

No comparativo 202-2023, os valores registrados neste grupo aumentaram 17,8% e representam 0,9% do total das VPDs.

Nota 13 – Serviços

Essas VPDs representam um expressivo valor no gasto público do Município (53,5% do total das VPD, totalizando R\$ 28,1 bilhões) e correspondem aos serviços que mantêm em funcionamento atividades primordiais para os munícipes e também para a administração pública. O quadro a seguir demonstra as principais contas do grupo:

em R\$		
Serviços de Terceiros - PJ	Exercício 2023	%s/ Total
Serviços Urbanos	4.907.868.982,66	17,5%
Obras e Instalações	5.081.166.596,31	18,1%
Outros Serviços de Terceiros	2.434.952.700,32	8,7%
Exposições, Congressos, Conferências	1.176.012.514,00	4,2%
Manutenção e Conservação	3.869.898.954,88	13,8%
Serviço de Alimentação	1.143.436.415,10	4,1%
Serviços Relacionados a TI	661.862.173,32	2,4%
Locações	555.794.772,62	2,0%
Serviços Técnicos Profissionais	822.966.670,20	2,9%
Serviço de Limpeza e Conservação	532.259.730,05	1,9%
Sentenças Judiciais	2.708.159.867,89	9,6%
Serviços Médicos Hospitalares	583.249.482,30	2,1%
Serviço de Vigilância Ostensiva e Monitorada	661.678.746,67	2,4%
Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica e Outros	409.947.293,01	1,5%
Demais	2.538.165.460,24	9,0%
Total	28.087.420.359,57	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 14 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos

No comparativo 2022-2023, houve redução de 34,9% (equivalente a R\$ 61,3 milhões) e correspondem a juros e encargos das dívidas contratuais interna e externa.

Nota 15 – Juros e Encargos de Mora

No comparativo 2022-2023, houve aumento de 106,4% (cerca de R\$ 11,4 milhões) e correspondem a juros e encargos de mora sobre aquisição de bens e serviços.

Nota 16 – Variações Monetárias e Cambiais

No comparativo 2022-2023, houve aumento de 8,4% correspondem 2,1% do total das VPDs.

Nota 17 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras

No comparativo 2022-2023, houve redução de 73,0%, equivalente a R\$ 23,3 milhões e referem-se a juros compensatórios decorrentes de decisões judiciais.

Nota 18 – Transferências Intragovernamentais

As transferências intragovernamentais correspondem, em sua maioria, aos repasses concedidos às entidades da administração indireta para execução orçamentária e para aporte de recursos ao RPPS e totalizaram R\$ 10,6 bilhões no exercício.

Nota 19 – Transferências Intergovernamentais

O valor registrado neste grupo refere-se a transferências voluntárias realizadas pelo Município (aproximadamente 65,7%) e Transferências ao FUNDEB (aproximadamente 34,0%).

Nota 20 – Transferências a Instituições Privadas

Neste este grupo, destacam-se as VPDs referentes a transferências a instituições privadas sem fins lucrativos destinadas a Subvenções Sociais e a Contratos de Gestão, representado, respectivamente 42,9% e 56,7%.

Nota 21 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas

No comparativo 2022-2023, houve variação positiva de 10,1%, que equivale a aproximadamente R\$ 1,39 bilhão. Neste grupo, destaca-se o ajuste para perdas referente à dívida ativa, que representa aproximadamente 95,1% do total do grupo.

Nota 22 – Desincorporação de Ativos

No comparativo 2022-2023, houve variação negativa de 4,1%, que equivale a aproximadamente R\$ 519,3 milhões. Neste grupo, destaca-se o cancelamento, remissão e anistia referente à dívida ativa tributária e desincorporação dos investimentos permanentes CEPAC, que representam aproximadamente 58,0% e 33,0% do total do grupo.

Nota 23 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

As contas com saldos mais relevantes no grupo Outras Variações Patrimoniais Diminutivas são as que seguem abaixo, com destaque as Provisões Matemáticas Previdenciárias no montante de R\$ 133,3 bilhões:

	em R\$	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício 2023	%s/ Total
* Provisões Matemáticas Previdenciárias	133.311.836.542,39	63,8%
Valor Atual da Contrib. Compl. e dos Recursos Vinculados por Lei para Cobertura do Deficit Atuarial	70.897.478.380,13	33,9%
Outros Incentivos	295.282.885,75	0,1%
Resultado Negativo Equivalência Patrimonial	138.945.905,21	0,1%
Subvenção Econômica	34.863.922,00	0,0%
Premiações	11.985.507,95	0,0%
Demais Contas	4.280.523.427,83	2,0%
Demais Provisões	26.108.423,55	0,0%
Total	208.997.024.994,81	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

* Em 2023, houve a reversão da provisão matemática atuarial no FUNFIN e a constituição da provisão na FMSP (administração direta), impactando na demonstração de valores expressivos neste grupo

2.8 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

As mutações ocorridas no exercício de 2023 são decorrentes de:

Nota 1 – Resultado do Exercício Deficitário

O resultado patrimonial consolidado deficitário do período no montante de R\$ 66,7 bilhões segue detalhado a seguir:

Administração Direta		Administração Indireta		Consolidado	
PMSP	(197.692.909.605,56)	HSPM	(2.582.031,21)	Resultado Patrimonial (Superavit) (66.672.159.100,40)	
CMSP	(57.029.788,19)	IPREM	(140.848.189,26)		
TCMSP	(4.581.815,26)	FUNPREV	55.799.290.012,07		
FECAM	7.683.317,72	FUNFIN	73.420.539.656,27		
FETCM	1.175.369,65	SFMSP	(114.570.105,75)		
		AHM	(116.747,70)		
		AMLURB	(1.080.480,40)		
		FMLU	167.028.911,91		
		FUNDATEC	18.643.748,81		
		THEATRO	2.178.659,40		
		FMH	1.230.383.536,95		
		COHAB	498.572.706,91		
		SP URBANISMO	25.938.306,13		
		SP TURISMO	164.269.725,81		
		SP CINE	439.972,03		
		SP REGULA	5.415.739,27		
Total	(197.745.662.521,64)	Total	131.073.503.421,24		

Analisando o deficit apurado, verifica-se que a Administração Direta apresentou resultado negativo de R\$ 197,7 bilhões e a Administração Indireta um resultado positivo de R\$ 131,1 bilhões (com RPPS – FUNFIN/FUNPREV totalizando R\$ 129,22 bilhões e as demais empresas da administração indireta totalizando R\$ 1,85 bilhão). O resultado patrimonial deficitário consolidado teve como principais motivos:

- **PMSP/FUNFIN/FUNPREV** – No comparativo 2022-2023, houve um aumento na provisão matemática previdenciária do RPPS de R\$ 119,3 bilhões para R\$ 178,6 bilhões, afetando o resultado em R\$ 59,4 bilhões, cujos detalhamento dos lançamentos por empresa foram: PMSP com provisão de R\$ 121,0 bilhões, FUNPREV com provisão de R\$ 12,3 bilhões e FUNFIN com reversão da provisão de R\$ 73,9 bilhões (totalizando o consolidado de R\$ 59,4 bilhões);
- **PMSP** – Em 2023 houve provisão e registro das obrigações para cobertura do deficit atuarial RPPS (Valor Atual dos Recursos Vinculados por Lei para Cobertura do Deficit Atuarial e Valor Atual da Contribuição Complementar para Cobertura do Deficit Atuarial) totalizando R\$ 70,9 bilhões;
- **CONSOLIDADO** – Em 2023 houve aumento nas despesas de remuneração a pessoal em 5,7% equivalentes a R\$ 4,2 bilhões e aumento nas despesas de serviços em 7,9% equivalente a R\$ 9,8 bilhões.

Comparando o Resultado do Exercício apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 66.672.159.100,40) e o valor do Resultado do Exercício informado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (R\$ 66.671.950.116,80), há uma diferença de R\$ 208.983,60 referente a registros contábeis na empresa SP Urbanismo, diretamente na conta Lucro do

Exercício, em contrapartida à Reserva de Reavaliação (conforme Nota Explicativa nº 21 do Balanço Patrimonial), sem figurar como Variação Patrimonial do Exercício.

Nota 2 – Ajustes de Exercícios Anteriores - AJEA

Os detalhes desta conta constaram anteriormente na Nota Explicativa nº 22 do Balanço Patrimonial.

Nota 3 – Constituição/Reversão de Reservas

Os detalhes desta conta constaram anteriormente na Nota Explicativa nº 21 do Balanço Patrimonial.

2.9 Balanço Financeiro

Nota 1-A – Desvinculação da Receita

Com a aprovação da Emenda Constitucional – EC nº 93/2016, que acrescentou o artigo 76-B ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, ficou estabelecida a desvinculação de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, de 30% (trinta por cento) das receitas dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

A referida EC estabelece também as exceções à regra de desvinculação: recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal; receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores; transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei; fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município.

A regulamentação da desvinculação da receita na Prefeitura do Município de São Paulo iniciou-se no exercício de 2016, por meio do Decreto nº 57.380/2016 e alterações, que estabeleceu as normas complementares e os procedimentos correspondentes.

Em 2023, as desvinculações de receitas na PMSP totalizaram R\$ 1,1 bilhão e foram oficializadas por meio dos seguintes normativos:

- Portaria SF nº 310, de 08 de dezembro de 2023, desvinculando o montante de R\$ 928,7 milhões referentes aos valores arrecadados até 31/10/2023;
- Portaria SF nº 16, de 19 de janeiro de 2024, desvinculando o montante de R\$ 182,2 milhões referentes aos valores arrecadados até 31/12/2023.

Nota 1-B – Vinculação da Receita ao Fundo FEMATF

O Fundo Especial para a Modernização da Administração Tributária e da Administração Fazendária no Município de São Paulo – FEMATF³, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda – SF, foi instituído pela Lei nº 17.719, de 26 de novembro de 2021 e, com base no inciso I, Art. 36 da referida Lei, constituirão receitas do FEMATF 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) do produto da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, equivalentes ao montante de R\$ 54,8 milhões no exercício de 2023.

Nota 1-C – Receita Líquida por Fonte de Recurso

No Balanço Financeiro, as receitas orçamentárias são apresentadas líquidas de deduções. Dessa forma, apresentamos o quadro abaixo, com o detalhamento das receitas brutas, das deduções da receita orçamentária por fonte de recursos, das desvinculações, das vinculações ao FEMATF e das receitas líquidas:

em R\$						
Receita Orçamentária	Receita Bruta	Deduções	Portarias de Desvinculação (DE)	Portarias de Desvinculação (PARA)	* Vinculação FEMATF	Receita Líquida
Ordinária	71.211.782.004,72	(3.334.322.132,07)	-	1.110.915.878,29	(54.770.493,30)	68.933.605.257,64
Tesouro Municipal	70.404.924.190,64	(3.334.322.132,07)	-	1.110.915.878,29	(54.770.493,30)	68.126.747.443,56
Recursos Próprios da Administração Indireta	69.316.513,17	-	-	-	-	69.316.513,17
Recursos Próprios da Admin. Dependente	737.541.300,91	-	-	-	-	737.541.300,91
Vinculada	32.695.868.078,94	(103.739.639,58)	1.110.915.878,29	-	54.770.493,30	31.535.983.054,37
Operações de Crédito	380.108.742,84	-	-	-	-	380.108.742,84
Transferências Federais	4.285.002.446,00	-	-	-	-	4.285.002.446,00
Transferências Estaduais	895.530.880,43	(100.000,00)	-	-	-	895.430.880,43
Fundo Constitucional da Educação	6.609.181.379,16	(9.927.619,70)	-	-	-	6.599.253.759,46
Outras Fontes	137.082.476,80	-	(82.881,30)	-	-	136.999.595,50
Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	5.773.971.598,31	(90.796.663,20)	(1.110.832.996,99)	-	54.770.493,30	4.627.112.431,42
Alienação de Bens/ Ativos	420.359.375,68	-	-	-	-	420.359.375,68
Depósitos Judiciais	907.798.795,07	-	-	-	-	907.798.795,07
Previdência Social	13.286.832.384,65	(2.915.356,68)	-	-	-	13.283.917.027,97
Total	103.907.650.083,66	(3.438.061.771,65)	(1.110.915.878,29)	1.110.915.878,29	-	100.469.588.312,01

* Com base no inciso I, Art. 36 da Lei nº 17.719, de 26 de novembro de 2021, constituirão receitas do FEMATF 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) do produto da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 1-D – Despesa por Fonte de Recursos

Na execução da Despesa por Fonte de Recursos em 2023, comparado ao exercício de 2022, houve um aumento de 17,3%, em que se destaca o aumento de 70,4% na Fonte Ordinária. Em 2023 houve a criação da fonte de recurso “Previdência Social”, vinculada ao Fundos FUNFIN e FUNPREV, resultando em uma redução de 99,4% na fonte “Recursos Próprios da Administração Indireta”, onde, anteriormente eram registrados os recursos dos respectivos fundos.

³ Lei nº 17.719/2021 - Art. 34. Fica instituído o Fundo Especial para a Modernização da Administração Tributária e da Administração Fazendária no Município de São Paulo – FEMATF, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda – SF, com o objetivo de garantir o perene aperfeiçoamento da Administração Tributária e da Administração Fazendária, com os recursos necessários para investimentos no aprimoramento de suas atividades, para a melhoria da estrutura operacional e das condições materiais da secretaria, bem como o contínuo aprimoramento profissional de seus servidores.

em R\$				
Despesa Orçamentária	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Ordinária	75.197.512.776,58	74.182.661.067,23	1,4%	70,4%
Tesouro Municipal	74.460.031.928,02	65.347.952.363,05	13,9%	69,7%
Recursos Próprios da Administração Indireta	53.798.430,18	8.463.232.182,55	-99,4%	0,1%
Recursos Próprios da Empresa Dependente	683.682.418,38	371.476.521,63	84,0%	0,6%
Vinculada	31.631.700.964,32	16.905.679.136,13	87,1%	29,6%
Operações de Crédito	269.585.321,02	266.929.290,92	1,0%	0,3%
Transferências Federais	4.047.112.613,06	3.789.511.523,39	6,8%	3,8%
Transferências Estaduais	995.758.938,84	869.996.772,17	14,5%	0,9%
Fundo Constitucional de Educação	7.056.169.615,30	7.013.885.087,71	0,6%	6,6%
Outras Fontes	108.369.036,07	166.717.703,02	-35,0%	0,1%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	5.217.641.901,60	3.814.364.346,00	36,8%	4,9%
Alienação de Bens Ativos	22.801.944,78	-	0,0%	0,0%
Depósitos Judiciais	999.638.194,00	930.164.727,00	7,5%	0,9%
Previdência Social	12.841.327.551,06	-	0,0%	12,0%
Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	71.754.100,59	51.702.039,92	38,8%	0,1%
Transf. Fed. - Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	1.541.748,00	2.407.646,00	-36,0%	0,0%
Total	106.829.213.740,90	91.088.340.203,36	17,3%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 2 – Transferências Financeiras

As Transferências Financeiras refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Em 2023, o montante de Transferências Recebidas e Concedidas foi de R\$ 4,6 bilhões, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

em R\$					
Transferências Financeiras Recebidas	Para Execução Orçamentária	Independentes de Execução Orçamentária	Para Aportes de Recursos para o RPPS	Total	%s/ Total
Administração Direta	1.186.943.632,57	29.912.024,50	-	1.216.855.657,07	26,7%
Prefeitura do Município de São Paulo	43.632,57	29.912.024,50	-	29.955.657,07	0,7%
Câmara Municipal	784.400.000,00	-	-	784.400.000,00	17,2%
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	402.500.000,00	-	-	402.500.000,00	8,8%
Administração Indireta	3.145.920.663,65	-	202.291.499,82	3.348.212.163,47	73,3%
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo	33.992.190,00	-	-	33.992.190,00	0,7%
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	-	-	-	-	0,0%
Cinema e Audiovisual de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	117.407.560,04	-	-	117.407.560,04	2,6%
Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura	23.307.827,81	-	-	23.307.827,81	0,5%
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	151.238.340,20	-	-	151.238.340,20	3,3%
Fundo Financeiro - FUNFIN	-	-	24.321.436,03	24.321.436,03	0,5%
Fundo Previdenciário - FUNPREV	-	-	83.354.002,14	83.354.002,14	1,8%
Fundo Municipal de Habitação	767.574.768,00	-	-	767.574.768,00	16,8%
Fundo Municipal de Limpeza Urbana	1.506.678.284,23	-	-	1.506.678.284,23	33,0%
Hospital do Servidor Público Municipal	440.400.000,00	-	-	440.400.000,00	9,6%
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	-	-	94.616.061,65	94.616.061,65	2,1%
São Paulo Turismo	38.145.673,96	-	-	38.145.673,96	0,8%
São Paulo Urbanismo	8.831.824,00	-	-	8.831.824,00	0,2%
Serviço Funerário do Município de São Paulo	58.344.195,41	-	-	58.344.195,41	1,3%
Total	4.332.864.296,22	29.912.024,50	202.291.499,82	4.565.067.820,54	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

em R\$

Transferências Financeiras Concedidas	Para Execução Orçamentária	Independentes de Execução Orçamentária	Para Aportes de Recursos para o RPPS	Total	%s/ Total
Administração Direta	4.332.820.663,65	-	194.576.971,08	4.527.397.634,73	99,2%
Prefeitura do Município de São Paulo	4.332.820.663,65	-	194.576.971,08	4.527.397.634,73	99,2%
Câmara Municipal	-	-	-	-	0,0%
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Administração Indireta	43.632,57	29.912.024,50	7.714.528,74	37.670.185,81	0,8%
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Pau	-	106.629,03	-	106.629,03	0,0%
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	43.632,57	1.069.768,35	-	1.113.400,92	0,0%
Cinema e Audiovisual de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura	-	-	-	-	0,0%
Fundação Teatro Municipal de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Fundo Financeiro - FUNFIN	-	-	-	-	0,0%
Fundo Previdenciário - FUNPREV	-	-	7.714.528,74	7.714.528,74	0,2%
Fundo Municipal de Habitação	-	-	-	-	0,0%
Fundo Municipal de Limpeza Urbana	-	28.735.627,12	-	28.735.627,12	0,6%
Hospital do Servidor Público Municipal	-	-	-	-	0,0%
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
São Paulo Turismo	-	-	-	-	0,0%
São Paulo Urbanismo	-	-	-	-	0,0%
Serviço Funerário do Município de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Total	4.332.864.296,22	29.912.024,50	202.291.499,82	4.565.067.820,54	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Na comparação das transferências financeiras recebidas e concedidas para aportes de recursos para o RPPS do exercício 2023 com o exercício anterior observa-se uma redução de R\$ 3,5 bilhões, equivalentes a 94,6%, em decorrência do aumento das receitas próprias do FUNFIN e FUNPREV, especialmente nas receitas de IRRF aportadas ao RPPS (com base no Art. 37, §15 da Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica do Município de São Paulo).

Nota 3 – Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

Compreendem os ingressos e dispêndios não previstos no orçamento, como os recursos relativos às fianças, cauções, consignações em folha, retenções, inscrição e pagamento de restos a pagar, dentre outros.

Em 2023, os ingressos totalizaram R\$ 51,0 bilhões, apresentando um aumento de 0,3%, se comparado ao exercício anterior, com destaque para as inscrições de restos a pagar processados com um aumento de 231,7% e de restos não processados com redução de 12,9%, conforme demonstrado a seguir:

em R\$

Recebimentos Extraorçamentários	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	8.531.675.113,12	9.791.591.606,99	-12,9%	16,7%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.350.817.840,69	407.254.120,14	231,7%	2,6%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.792.249.488,42	8.965.300.736,72	-1,9%	17,2%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	32.303.398.365,18	31.683.996.335,83	2,0%	63,4%
Total	50.978.140.807,41	50.848.142.799,68	0,3%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Os pagamentos extraorçamentários totalizaram R\$ 48,3 bilhões em 2023, apresentando um aumento de 9,7% se comparado a 2022, com destaque para os pagamentos de restos a pagar

não processados e processados com aumento de 80,4% e 50,9%, respectivamente, conforme demonstrado a seguir:

em R\$				
Pagamentos Extraorçamentários	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação	%s/ Total
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	6.142.341.334,86	3.404.095.483,79	80,4%	12,7%
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	395.999.946,01	262.392.923,81	50,9%	0,8%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.621.222.589,48	11.073.651.350,66	4,9%	24,1%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	30.143.925.670,02	29.302.484.475,47	2,9%	62,4%
Total	48.303.489.540,37	44.042.624.233,73	9,7%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 4 - Execução de Restos a Pagar

Dos recebimentos e pagamentos extraorçamentários ocorridos em 2023, observa-se uma redução de 3,1% na inscrição de Restos a Pagar e um aumento de 78,3% nos seus pagamentos, sendo possível visualizar essas variações em termos monetários e percentuais, no quadro que segue:

em R\$				
Descrição	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação R\$	Variação %
Inscrição de Restos a Pagar	9.882.492.953,81	10.198.845.727,13	- 316.352.773,32	-3,1%
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	8.531.675.113,12	9.791.591.606,99	-1.259.916.493,87	-12,9%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.350.817.840,69	407.254.120,14	943.563.720,55	231,7%
Pagamentos de Restos a Pagar	6.538.341.280,87	3.666.488.407,60	2.871.852.873,27	78,3%
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	6.142.341.334,86	3.404.095.483,79	2.738.245.851,07	80,4%
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	395.999.946,01	262.392.923,81	133.607.022,20	50,9%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Destaca-se que quando da inscrição dos Restos a Pagar “não Processados”, o procedimento adotado no âmbito municipal, é permanecer neste status, não havendo transferência de status para “Processados”.

Nota 5 – Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício Seguinte

Em 2023, o Balanço Financeiro apresenta um Saldo do Exercício Anterior de R\$ 38,8 bilhões e um Saldo para o Exercício Seguinte de R\$ 35,1 bilhões, demonstrando uma redução de R\$ 3,7 bilhões. As variações dos saldos referentes aos exercícios de 2023 e 2022 estão apresentadas no quadro a seguir:

em R\$				
Descrição	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação R\$	Variação %
Saldo do Exercício Anterior	38.762.142.872,68	30.452.066.124,22	8.310.076.748,46	27,3%
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.465.551.251,12	24.747.281.858,69	6.718.269.392,43	27,1%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.296.591.621,56	5.658.593.998,88	1.637.997.622,68	28,9%
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	-	46.190.266,65	- 46.190.266,65	-100,0%
Saldo para o Exercício Seguinte	35.077.168.710,83	38.762.142.872,68	(3.684.974.161,85)	-9,5%
Caixa e Equivalentes de Caixa	30.131.713.836,83	31.465.551.251,12	-1.333.837.414,29	-4,2%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.945.454.874,00	7.296.591.621,56	-2.351.136.747,56	-32,2%
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	-	-	-	0,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa - Registro Contábil das Retenções

Os procedimentos referentes ao registro contábil das retenções efetuadas na PMSP são os seguintes: i) as retenções de naturezas orçamentárias são apropriadas no momento do pagamento ao credor; ii) as retenções de natureza extraorçamentária são reconhecidas no passivo no momento da liquidação da despesa e baixadas no pagamento da obrigação.

2.10 Demonstração do Fluxo de Caixa

Nota 1 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

A Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC da PMSP é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes, utilizando-se dos fluxos das atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamento.

Na composição dos Ingressos e Desembolsos das Atividades Operacionais, temos como valores mais expressivos os grupos:

- **Ingressos** – apresentaram um aumento de 5,3% na comparação com o exercício anterior, com destaques de participação para as Receitas Derivadas e Originárias que correspondem a 48,1% e Outros Ingressos Operacionais com 34,6% do total dos ingressos, seguem detalhadas as principais variações:

✓ **Receitas Derivadas e Originárias:**

- Receitas Tributárias com variação positiva de 8,9%, no montante de R\$ 4,3 bilhões, decorrente do aumento nas arrecadações de ISS, IPTU e IRRF, cujos percentuais de crescimento representaram 10,3%, 4,5% e 21,7%, respectivamente;
- Receitas de Contribuições com variação positiva de 21,4%, no montante de R\$ 1,6 bilhão, decorrente do aumento de R\$ 1,56 bilhão nas contribuições para o RPPS;
- Receitas de Serviços com variação positiva de 52,4%, no montante de R\$ 278,7 milhões, com destaque para o aumento de R\$ 334,6 milhões nas receitas intraorçamentárias com serviços administrativos e comerciais gerais;
- Outras Receitas Derivadas e Originárias com aumento de 38,0%, no montante de R\$ 2,0 bilhões, decorrentes do crescimento de R\$ 2,3 bilhões na receita intraorçamentária com aportes periódicos para o RPPS (com base no Art. 37, §15 da Disposições Gerais e Transitórias da

Lei Orgânica do Município de São Paulo) e da redução R\$ 418,0 milhões na receita de multas de trânsito.

- ✓ **Transferências Recebidas:**
 - i) Transferências da União com variação positiva de 10,2%, com destaque para o aumento de R\$ 409,9 milhões nos recursos do SUS - Saúde;
 - ii) Transferências Intragovernamentais com variação negativa de 37,7%, no montante de R\$ 2,8 bilhões, decorrente da redução das transferências recebidas para aportes de recursos ao RPPS;
 - iii) Outras Transferências Correntes Recebidas com variação negativa de 2,1%, decorrente das reduções nas transferências do FUNDEB (Estado) e FUNDEB (União), cujos montantes reduziram em R\$ 134,6 milhões e R\$ 40,8 milhões, respectivamente.
- **Desembolsos** – apresentaram um aumento de 6,3% na comparação com o exercício anterior, com destaques de participação para Pessoal e Demais Despesas que correspondem a 61,7% e Outros Desembolsos Operacionais com 35,1% do total dos ingressos, seguem detalhadas as principais variações:
 - ✓ **Pessoal e Demais Despesas:** totalizaram o montante de R\$ 90,8 bilhões, apresentando um aumento de 16,0% na comparação com exercício anterior, são classificados por Função, sendo os valores de maior representação: Previdência Social, Educação e Saúde;
 - ✓ **Juros e Encargos da Dívida:** com redução de 32,7%, no montante de R\$ 53,0 milhões, decorrentes da redução de R\$ 76,8 milhões nos juros sobre a Dívida Interna e do aumento de R\$ 22,1 milhões nos juros sobre a Dívida Externa;
 - ✓ **Transferências Concedidas:** Transferências Intragovernamentais com variação negativa de 38,0%, no montante de R\$ 2,8 bilhões, decorrente da redução das transferências concedidas para aportes de recursos ao RPPS.
- **Outros Ingressos Operacionais e Outros Desembolsos Operacionais:** Conforme o Item 17 da IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (atualizada em janeiro de 2020): os campos Outros ingressos e Outros desembolsos (do fluxo operacional, do fluxo de investimento e do fluxo de financiamento) contemplam situações não previstas, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.

No exercício de 2023 o grupo Outros Ingressos Operacionais totalizou R\$ 53,7 bilhões e o grupo Outros Desembolsos Operacionais totalizou R\$ 51,7 bilhões, com destaque para a conta contábil denominada Credores por Folha de Pagamento, cujas movimentações a

débito e a crédito totalizaram R\$ 25,4 bilhões no exercício e os valores relativos à conta contábil Valores Restituíveis com movimentações de aproximadamente R\$ 12,0 bilhões no exercício, que contemplam depósitos judiciais, precatórios, cauções, consignações, entre outros.

Nota 2 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Na composição dos Ingressos e Desembolsos do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento temos como valores mais expressivos:

- **Ingressos** – apresentaram uma redução de R\$ 543,3 milhões, com os seguintes destaques:

- ✓ **Alienação de Bens:** totalizaram R\$ 355,7 milhões e estão detalhados a seguir:

em R\$		
Alienação de Bens	Valores Recebidos 2023	% s/ Total
Alienação de Áreas, Terrenos, Glebas, Lojas, Salas - COHAB	326.906.394,72	91,9%
Alienação de Outros Bens Imóveis	13.795.939,34	3,9%
Alienação de Bens Imóveis/Desapropriações - SP-Urbanismo	6.540.185,70	1,8%
Alienação de Bens e Direitos Imobiliários - FMD	3.530.297,07	1,0%
Alienação de Veículos	2.582.900,00	0,7%
Alienação de Outros Bens Móveis	2.386.963,59	0,7%
Alienação de Bens e Materiais - FED/TCM	7.097,70	0,0%
Total	355.749.778,12	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- ✓ **Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos:** com variação negativa de 89,6%, totalizou R\$ 24,8 milhões, com destaque para as rubricas de Financiamentos Habitacionais COHAB e FMH, no montante de R\$ 20,0 milhões;
- ✓ **Outros Ingressos de Investimentos:** totalizou R\$ 1,0 bilhão e corresponde a 72,5% do total dos ingressos, com destaque para Outorga Onerosa – Plano Diretor – Direito de Construir – FUNDURB no valor R\$ 912,1 milhões, representando 90,9% do.
- **Desembolsos** – apresentaram um aumento de 138,5% e correspondem aos seguintes detalhamentos:
 - ✓ **Aquisição de Ativo Não Circulante:** no montante de R\$ 7,3 bilhões, correspondente a 59,6% do total das saídas de caixa do grupo, a seguir detalhados:

		em R\$	
Aquisição de Ativo não Circulante		Valores Pagos	% s/ Total
Despesas de Capital - Execução Orçamentária 2023		5.227.886.961,70	71,9%
Investimentos	Obras e Instalações	4.066.577.273,41	56,0%
Investimentos	Aquisição de Imóveis	995.848.494,60	13,7%
Investimentos	Equipamentos e Material Permanente	145.559.801,40	2,0%
Inversões Financeiras	Aquisição de Imóveis	19.901.392,29	0,3%
Despesas de Capital - Restos a Pagar Ex. Anteriores - pagos em 2023		2.040.025.634,57	28,1%
Investimentos	Obras e Instalações	1.716.159.882,72	23,6%
Investimentos	Equipamentos e Material Permanente	320.558.101,61	4,4%
Investimentos	Aquisição de Imóveis	3.307.650,24	0,0%
Total		7.267.912.596,27	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- ✓ **Outros Desembolsos de Investimentos:** no montante de R\$ 4,9 bilhões, correspondente a 40,4% do total das saídas de caixa deste grupo, a seguir detalhados:

		em R\$	
Outros Desembolsos de Investimentos		Valores Pagos	% s/ Total
Despesas de Capital - Execução Orçamentária 2023		4.004.003.422,46	81,2%
Outros Serviços de Terceiros - PJ		3.495.132.265,67	70,8%
Sentenças Judiciais		229.397.858,51	4,6%
Contrato de Parceria Público-Privada		125.437.523,62	2,5%
Serviços de Tecnologia da Informação - PJ		44.678.129,76	0,9%
Indenizações e Restituições		35.293.655,61	0,7%
Subvenções Econômicas		34.863.922,00	0,7%
Demais Desembolsos		39.200.067,29	0,8%
Despesas de Capital - Restos a Pagar Ex. Anteriores - pagos em 2023		929.318.549,11	18,8%
Outros Serviços de Terceiros - PJ		591.144.177,15	12,0%
Aporte de Recursos Contrato de Parceria Público-Privada - PPP		290.421.197,71	5,9%
Serviços de Tecnologia da Informação - PJ		17.069.059,22	0,3%
Indenizações e Restituições		23.685.648,91	0,5%
Sentenças Judiciais		3.267.160,92	0,1%
Demais Desembolsos		3.731.305,20	0,1%
Total		4.933.321.971,57	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 3 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Na composição dos Ingressos e Desembolsos do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento temos como valores mais expressivos:

- **Ingressos** – apresentaram uma redução de 7,4% comparado ao exercício de 2022 e correspondem aos seguintes detalhamentos:
 - ✓ **Operações de Crédito:** no montante de R\$ 368,2 milhões, com destaques para contratação de operação de crédito no mercado interno junto ao Banco do Brasil (Operação de Crédito SF nº 02/2023), no valor de R\$ 250,0 milhões, destinada a financiar o Programa de Redução de Gases Poluentes por meio da Eletrificação da Frota de Ônibus do Município de São Paulo/SP e para a contratação de operação de crédito no mercado externo, referente à rubrica Contrato 4641/OC-BR - BID – Avança Saúde SP, no montante de R\$ 84,5 milhões;

- ✓ **Transferências de Capital Recebidas:** no montante de R\$ 684,4 milhões, com destaque para o Convênio PMSP X SABESP – FMSAI que totalizou R\$ 628,7 milhões, representando 91,9% do total deste grupo;
 - ✓ **Outros Ingressos de Financiamento:** no montante de R\$ 907,8 milhões, referente aos Depósitos Judiciais da Lei Complementar 151/2015, que tiveram uma redução de 27,7% em comparação ao exercício anterior.
- **Desembolsos** – apresentaram uma redução de 47,5% comparado ao exercício de 2022, com destaque para as seguintes variações:
 - ✓ **Amortização/Refinanciamento da Dívida:** redução de 62,0%, no montante de R\$ 242,5 milhões, se comparado ao exercício de 2022, decorrente da redução de R\$ 234,0 milhões nos pagamentos da dívida pública interna;
 - ✓ **Outros Desembolsos de Financiamento:** o montante R\$ 585,7 milhões refere-se à Recomposição de Depósitos Judiciais LC 151/2015, que apresentou uma redução de 41,9% se comparado ao exercício anterior.

Nota 4 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

Em 2023, a geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos ficou negativa em R\$ 1,3 bilhão, resultando em um saldo final de caixa e equivalentes de R\$ 30,1 bilhões, com uma redução de 4,2% em relação ao ano anterior:

Caixa e Equivalentes INICIAL	Ingressos	Desembolsos	Caixa e Equivalentes FINAL
R\$ 31.465.551.251	Operacionais R\$ 155.419.334.888	Operacionais -R\$ 147.161.982.469	R\$ 30.131.713.837
	Investimentos R\$ 1.383.804.123	Investimentos -R\$ 12.201.234.568	
	Financiamentos R\$ 1.960.324.072	Financiamentos -R\$ 734.083.460	
	Total R\$ 158.763.463.083	Total -R\$ 160.097.300.497	
	Geração Líquida de Caixa -R\$ 1.333.837.414		

Nota 5 – Caixa e Equivalente de Caixa Final

No exercício de 2023, na comparação do saldo final do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa obtida por meio da Demonstração dos Fluxos de Caixa com o grupo do Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, observa-se o saldo de R\$ 30,1 bilhões, conforme detalhamento a seguir:

		em R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa (Balanço Patrimonial)	Exercício 2023	
Caixa		10.684,18
Conta Única		1.431.549.595,20
Conta Única RPPS		40.794,22
Bancos Conta Movimento - Demais Contas		688.056.255,07
Rede Bancária - Arrecadação		66.911.221,80
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata		26.286.284.717,39
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - RPPS - Fundo em Repartição		543.083.727,85
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - RPPS - Fundo em Capitalização		1.113.909.119,31
Valores Restituíveis e Vinculados		1.867.721,81
Total		30.131.713.836,83

Caixa e Equivalentes de Caixa - FINAL (DFC)

R\$ 30.131.713.836,83

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Seguem segregados os saldos de Caixa e Equivalentes em Recursos Não Vinculados e Recursos Vinculados, com base no Relatório de Gestão Fiscal – RGF, especificamente no Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar:

		em R\$
Destinação de Recursos (Anexo 5 - RGF)	Disponibilidade de Caixa Bruta em 2023	
Total dos Recursos Não Vinculados	12.696.977.330,39	
Recursos Não Vinculados de Impostos	10.484.793.755,75	
Outros Recursos não Vinculados	2.212.183.574,64	
Total dos Recursos Vinculados (Exceto RPPS)	15.872.665.392,19	
Recursos Vinculados à Educação	947.537.180,28	
Transferências do FUNDEB	218.259.657,30	
Outros Recursos Vinculados à Educação	729.277.522,98	
Recursos Vinculados à Saúde	932.745.340,31	
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	870.505.938,75	
Outros Recursos Vinculados à Saúde	62.239.401,56	
Recursos Vinculados à Assistência Social	82.667.802,85	
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	-	
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	903.456.673,34	
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneros (exceto Educação, Saúde e Assistência)	626.061.750,16	
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	277.394.923,18	
Demais Vinculações Legais	10.826.441.335,28	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	296.701.101,59	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	461.860.927,05	
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	2.906.173.911,31	
Outras Vinculações Legais	7.161.705.395,33	
Recursos Extraorçamentários	2.089.761.517,38	
Outras Vinculações	90.055.542,75	
Total dos Recursos Vinculados (Exceto RPPS)	1.562.071.114,25	
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	1.105.905.439,77	
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	456.165.674,48	
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	-	
TOTAL	30.131.713.836,83	

		em R\$
Caixa e Equivalentes	Saldo em 2023	
Recursos Não Vinculados	12.696.977.330,39	
Recursos Vinculados	17.434.736.506,44	
Total	30.131.713.836,83	

Fonte: RGF - Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - 3º Quadri/2020 e Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

3. Ações de Melhoria nos Processos e Sistema

Divulgamos abaixo algumas ações de melhorias nos processos e no sistema que este Departamento de Contadoria tem trabalhado para a contribuição e transparência das informações contábeis desta Municipalidade.

3.1 Matriz de Saldos Contábeis - MSC

A Portaria STN nº 896, de 31 de outubro de 2017, estabeleceu regras acerca da periodicidade, formato e sistema relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Desde o exercício de 2018, a Prefeitura do Município de São Paulo envia mensalmente ao SICONFI seus dados por meio da MSC, cumprindo os prazos legais.

3.2 Projeto Conta Corrente Contábil e Fonte de Recursos

O projeto do Conta Corrente Contábil busca adequar o Sistema SOF às exigências da Secretaria do Tesouro Nacional – STN relacionadas à segregação de Fontes de Recursos e às informações complementares exigidas pela Matriz de Saldos Contábeis, através da inclusão de atributos no Plano de Contas Contábeis da PMSP (baseado no PCASP Estendido). O projeto foi segregado em 2 etapas: I – Fontes de Recursos e II – Conta Corrente Contábil.

A primeira etapa do projeto denominada “Fontes de Recursos” encontra-se concluída e em produção no Sistema SOF (abrangeu desde a elaboração da PLOA 2023 até a execução orçamentária do exercício) e as alterações atenderam à padronização da estrutura de fontes de recursos estabelecida pela STN, por meio das Portarias: Portaria Conjunta STN/SOF nº 20/21 e Portaria nº 710/21 e alterações. Ademais, a nova estrutura de fontes trouxe códigos específicos da PMSP para atender às particularidades e vinculações municipais, conforme segue:

Nova Estrutura de Fonte de Recurso - 10 dígitos				
Segmento	AA	B	CCC	EEEE
Descrição	Fonte de Recurso PMSP	Exercício da Fonte de Recurso	Código Padronizado da Fonte	Vinculação PMSP
Exigência	Código específico da PMSP (numeração anterior)	Estrutura definida pela STN (Portaria STN/SOF nº 20/2021 – Anexo II)	Estrutura definida pela STN (Portaria STN/SOF nº 20/2021 – Anexo I)	Detalhamentos específicos da PMSP

A segunda etapa do projeto denominada “Conta Corrente Contábil” encontra-se na fase de estudos.

3.3 Decreto Federal nº 10540/2020 – Requisitos Mínimos SIAFIC

Em 05 de novembro de 2020 foi publicado o Decreto Federal nº 10.540 e posteriormente foram incluídas algumas alterações pelo Decreto Federal 11.644, que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC dos entes da Federação. Este padrão mínimo deve ser observado por todos os entes federativos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Conforme parágrafo único, do artigo 18 do Decreto 11.644, de 16 de agosto de 2023, os entes federativos têm um prazo de cento e oitenta dias, a partir da publicação do referido Decreto, para disponibilizarem aos respectivos órgãos de controle interno e externo e divulgarem em meio eletrônico de amplo acesso público, seus planos de ação voltados para a adequação de seus Sistemas ao padrão mínimo de qualidade estabelecido no decreto e especificados em seu respectivo anexo.

O Plano de Ação da Prefeitura de São Paulo voltado a garantir que as disposições estabelecidas no citado decreto sejam atendidas no prazo nele estabelecido encontra-se em desenvolvimento pela Secretaria da Fazenda.

4. Disposições Finais

No relatório do Balanço Geral de 2023 constam todas as informações relativas às análises da gestão patrimonial, financeira, orçamentária e fiscal desta Municipalidade, sendo as Notas Explicativas um complemento e suporte às informações anteriormente apresentadas.